

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA ATIVIDADE
JURISDICCIONAL DANOSA**

**CURITIBA
2006**

OSVALDO GIOVANI VALCANAIA

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA ATIVIDADE
JURISDICCIONAL DANOSA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de **Bacharel em Direito**.

Orientador: Prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho

**Curitiba
2006**

TERMO DE APROVAÇÃO

OSVALDO GIOVANI VALCANAIA

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA ATIVIDADE JURISDICIONAL DANOSA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

ORIENTADOR: _____
Prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho

Profa. Dra. Angela Cassia Costaldello

Profa. Me. Adriana Ricardo Schier

Curitiba, 23 de outubro de 2006.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
I. Evolução Histórica da Responsabilidade Civil do Estado.....	10
1.1 Fase da Irresponsabilidade do Estado.....	10
1.2 Fase da Responsabilidade com Culpa.....	11
1.3 Fase da Responsabilidade sem Culpa.....	14
II. A Evolução da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Constitucional Brasileiro	17
2.1 A Constituição de 1824.....	17
2.2 A Constituição de 1891.....	17
2.3 A Constituição de 1934.....	18
2.4 A Constituição de 1937.....	18
2.5 A Constituição de 1946.....	19
2.6 A Constituição de 1967.....	19
2.7 A Constituição de 1988.....	19
III. A Questão da Unicidade do Poder Estatal.....	24
IV. A Responsabilidade Civil do Estado-Juiz.....	26
4.1 Atividade Judicial e Atividade Jurisdicional.....	26
4.2 A Responsabilidade Estatal sobre atos jurisdicionais.....	27
4.2.1 Teoria da Irresponsabilidade.....	29
4.2.1.1 A soberania do Poder Judiciário.....	30
4.2.1.2 Incontrastabilidade da Coisa Julgada.....	31
4.2.1.3 Falibilidade dos Juízes.....	32
4.2.1.4 Risco do serviço assumido pelo jurisdicionado.....	33
4.2.1.5 Independência do Juiz.....	33
4.2.1.6 Ausência de texto expreso de lei.....	35
V. A Responsabilização Civil do Estado por Ato Jurisdicional no Direito Comparado.....	37
5.1 Estados Unidos da América e Inglaterra.....	37
5.2 Espanha.....	38
5.3 Itália.....	38
5.4 França.....	39
5.5 Alemanha.....	41
5.6 Portugal.....	41

5.7 Breves Considerações.....	42
VI. Das Espécies de Atividades Jurisdicionais Danosas.....	43
6.1 O Erro Judiciário.....	43
6.1.1 Erro Judiciário Penal.....	44
6.1.1.1 Da Prisão Provisória.....	46
6.1.2 Erro Judiciário Civil.....	47
6.2 Dolo ou Culpa do Juiz.....	50
6.3 Denegação de Justiça.....	53
VII. A Responsabilidade Civil do Estado pela Morosidade na Prestação da Tutela Jurisdicional.....	55
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68

Resumo

A responsabilidade civil do Estado pela atividade jurisdicional danosa têm suscitado grande debate no âmbito doutrinário e jurisprudencial, não só em solo pátrio como nos demais países também. A atividade jurisdicional refere-se aos atos praticados no curso do processo pelo Estado-Juiz. Os erros e, conseqüentemente, os danos decorrentes dessa atividade devem ser reparados pelo Estado, vez que a este incumbe o direito constitucional de prestar a jurisdição. A Constituição Federal de 1988 adota, em seu artigo 37, § 6º, a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público, no entanto, grandes são as divergências no que tange a incluir a atividade jurisdicional nesse dispositivo ou não. A doutrina pátria tem se mostrado cada vez mais propensa a enquadrar também a atividade jurisdicional no campo da responsabilidade objetiva do Estado. A jurisprudência, contudo, ainda se mostra contrária à adoção da tese da responsabilidade estatal pelos atos jurisdicionais danosos. O direito alienígena demonstra uma maior evolução e já aceita com maior naturalidade a responsabilidade do Estado pela atividade jurisdicional danosa. Dessa forma, o presente trabalho visa analisar a responsabilização estatal pelas atividades jurisdicionais danosas, inclusive a questão da morosidade na prestação da tutela jurisdicional, objetivando combater a irresponsabilidade do Estado pela atividade do Poder Judiciário, atitude que só aumenta os problemas vivenciados por tal função estatal e, em igual proporção, o descrédito da população para com a justiça.

Introdução

O presente trabalho tem por finalidade explorar o tema “A responsabilidade civil do Estado pela atividade jurisdicional danosa”.

O tema foi escolhido por duas razões. A primeira refere-se ao amplo descrédito da população em geral para com os serviços judiciários que, considerados em sentido amplo, são morosos e ineficazes. A segunda razão está assentada na ampla divergência existente quanto à responsabilização ou não do Estado pelos atos jurisdicionais por ele praticados enquanto Estado-juiz, inclusive os atos ou omissões que contribuem paulatinamente para tornar o Poder Judiciário um poder inoperante naquilo a que, originariamente, deveria ser sua função maior: trazer soluções aos conflitos que se lhe apresentam e, conseqüentemente, paz social.

Inicialmente, nos dois primeiros capítulos, faz-se uma análise acerca da evolução histórica da responsabilização civil do Estado, no primeiro capítulo em sentido amplo, no segundo, de acordo com a evolução observada nos textos constitucionais brasileiros. Acreditamos que para compreender como determinado assunto é entendido atualmente, indispensável a análise dos fatos históricos que fizeram com que chegássemos ao pensamento atual.

No terceiro capítulo buscou-se fazer uma breve inteligência acerca da unidade do Poder Estatal, tentando-se afastar da idéia de que o Estado é dotado de “três poderes”, mas sim três funções, distintas e harmônicas entre si. Uma delas é representada pelo Judiciário, qual seja, a função jurisdicional, que, isolada não possui soberania e sequer legitimidade para existir, só possuindo razão de existência enquanto componente do Poder Estatal uno.

Adentrando à temática proposta no presente trabalho, no quarto capítulo iniciamos a análise da responsabilização civil do Estado enquanto prestador da tutela jurisdicional. Busca-se analisar as correntes contrárias àquela a qual aqui se defende, refutando-se os argumentos empreendidos por seus defensores. Indo além, faz-se, no capítulo seguinte, a análise de como os demais países vêm entendendo a questão apresentada, ou seja, como o direito

comparado vêm se adequando à idéia da responsabilização do Estado pela atividade jurisdicional danosa.

No sexto capítulo, finalmente, dedica-se vasto espaço à análise das atividades jurisdicionais potencialmente danosas ao jurisdicionado e como o Estado deve por elas responder civilmente.

Importante ressaltar que a questão da responsabilização estatal pela morosidade na prestação da tutela jurisdicional foi merecedora de capítulo em separado – sétimo capítulo – tendo em vista ser matéria árdua e ainda pouco aceita, principalmente pela jurisprudência. Contudo, o atual descrédito da população para com o Poder Judiciário, decorrente, em grande parte, da morosidade apresentada pelos Tribunais e Juízes em julgar as lides, é causa suficiente a justificar a análise e o combate ao problema.

As garantias constitucionais, expressas nos incisos XXXV e LXXVIII, do artigo 5º, da Constituição Federal, são desrespeitadas quase que diariamente. A prestação jurisdicional é morosa e ineficiente, o que faz surgir ao jurisdicionado toda uma gama de problemas e aflições. Na medida em que busca o Poder Judiciário vislumbrando pôr fim a um conflito de interesses, o cidadão, enquanto jurisdicionado, espera uma resposta célere e eficaz por parte da máquina estatal, representada pelo Estado-Juiz. O Estado, por seu turno, enquanto Poder Judiciário, ao deixar de funcionar ou funcionar com atraso, faz com que surja, para o cidadão que depende desta prestação, uma série de prejuízos, tanto materiais quanto, por vezes, morais. Quando, por fim, conclui-se a prestação jurisdicional, a eficácia desta já é duvidosa.

O Estado, nesse contexto, possui o dever, já previsto pela Constituição Federal, de dar respostas de forma célere e efetiva aos conflitos de interesse que são a ele apresentados por meio do Poder Judiciário. Ao desrespeitar um preceito constitucional, o Estado, enquanto Estado-Juiz, causa danos àqueles que dependem de respostas rápidas do Poder Judiciário, e na medida em que não as têm, passam a se sentir lesados por um Estado que cobra taxas judiciárias e impostos e não os devolve sob a forma de serviço jurisdicional eficiente.

Por outro lado, faz surgir o descrédito da população em geral sobre um dos maiores direitos em que se funda o Estado Democrático de Direito, o Acesso à Justiça. E entenda-se aqui um acesso efetivo à justiça, capaz de proporcionar ao cidadão uma resposta concreta, além de célere, ao conflito por ele vivenciado.

Ao não cumprir com a função jurisdicional que lhe é constitucionalmente atribuída, ou cumprir de forma lenta e atrasada, ou, ainda, fornecer respostas eivadas de erros e vícios, o Estado lesa e, com isso, faz surgir o direito de reparação por parte do jurisdicionado lesado e o seu próprio dever de indenizar os danos decorrentes dessa atividade jurisdicional danosa.

É sobre essa temática que desenvolveremos este trabalho.

I. Evolução Histórica da Responsabilidade Civil do Estado

A responsabilidade do Estado pelos atos danosos praticados por seus agentes constitui-se em uma conquista alcançada ao longo do tempo. Para entendê-la melhor na atualidade, necessário analisarmos toda a sua evolução. É isso a que nos propomos adiante, fazendo-o de maneira breve tendo em vista não ser o objeto principal deste trabalho.

1.1. Fase da Irresponsabilidade do Estado

A teoria da irresponsabilidade do Estado adveio da formação dos Estados absolutos, consagrando-se com a afirmação da idéia de soberania. Ao soberano, enquanto personificação do próprio Estado, cabia o exercício da tutela de direitos e, dessa forma, não se poderia admitir que agisse de forma contrária a essa, de modo a causar danos aos cidadãos.

Tal teoria prevaleceu durante larga escala de tempo, sendo que alguns Estados, como Estados Unidos e Inglaterra, só vieram a abandoná-la em meados do século passado.

Ao Estado, num conceito absolutista, jamais poderia ser imputado qualquer espécie de dano. Tal fato fundava-se na idéia de que o soberano nunca erra. O soberano era o próprio Estado e, assim, não se poderia admitir que errasse e fizesse surgir o dever reparatório por parte do Estado.

Se sobreviessem atividades danosas, o Estado não poderia ser responsabilizado, recaiando a responsabilidade sobre a pessoa física que exercia a atividade estatal. O cidadão lesado poderia mover ação reparatória em face do funcionário estatal o qual, embora estivesse agindo em nome do Estado, poderia ser pessoalmente considerado culpado.

Esse entendimento, todavia, não poderia prevalecer pois o Estado, no mínimo, agia com culpa *in eligendo* ou culpa *in vigilando* em relação aos seus agentes.

Outro argumento utilizado para sustentar a tese da irresponsabilidade foi o de que admiti-la poderia causar um empobrecimento do erário.

Conforme ensina Zulmar Fachin¹, após receber amplo combate de autores de renome, dentre eles Amaro Cavalcanti, Pedro Lessa, Guimarães Menegale, José de Aguiar Dias, Mário Marsagão, Alcino de Paula Salazar e Edmir Netto de Araújo, a tese da irresponsabilidade do Estado sucumbiu à tese da responsabilidade estatal.

Os Estados Unidos e a Inglaterra, como já dito, foram os últimos países a abandonarem a tese da irresponsabilidade estatal, em 1946 e 1947, respectivamente.

1.2. Fase da Responsabilidade com Culpa

Superada a fase da irresponsabilidade estatal, passa-se a admitir a responsabilidade do Estado alicerçada na culpa, ou seja, presente e comprovada a culpa do agente estatal causador do dano, o Estado responderia patrimonialmente pelo dano causado.

Há que se analisar a culpa sob dois vieses: a culpa civil e a culpa administrativa.

A responsabilidade estatal com base na **culpa civil** surge como modo de equiparar a responsabilidade dos indivíduos comuns à responsabilidade do Estado. Nessa fase, em que se considerava a culpa civil do agente público que, ao fim, ensejaria a responsabilidade do Estado pelo ato danoso, havia a distinção dos atos estatais em atos de império e atos de gestão.

Enquanto os atos de império seriam “... os atos praticados sob o manto da Potestade Pública, no exercício da soberania do Estado, praticados por ele na qualidade de poder supremo, supra-individual, impostos unilateralmente e de forma coercitiva e, portanto, insuscetíveis de gerar direito a indenização”², os

¹ FACHIN, Zulmar, *Responsabilidade Patrimonial do Estado por ato jurisdicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 76.

² BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Responsabilidade civil extracontratual das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público. *Interesse Público*, São Paulo, n. 6, p. 11-47,

atos de gestão referiam-se “... aqueles exercidos pelo Estado em situação de igualdade, de equiparação ao particular, no intuito de conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para gestão de seus serviços ...”³, como muito bem ensina o mestre Romeu Felipe Bacellar Filho.

De acordo com essa classificação e tomando por base a teoria da culpa civil, somente se admitia a responsabilidade do Estado no que tange aos atos de gestão, não a admitindo no que pertine aos atos de império, vez que, apenas no primeiro caso o Estado se encontraria nas mesmas condições e proporções em que se acha o particular.

A doutrina, todavia, contestou amplamente essa divisão, de modo que, com o passar do tempo ela foi perdendo força. Passou-se a entender, então, que o Estado deveria responder por seus atos em qualquer circunstância, independentemente da classificação em que se encaixassem. O Estado, portanto, ao praticar ato causador de dano, independente do ato, deveria indenizar o indivíduo lesado. Sempre, todavia, deveria estar presente o elemento culpa por parte do agente causador do dano. A culpa, segundo Diógenes Gasparini⁴, era condicionante da responsabilidade patrimonial do Estado e, baseado na doutrina civilista, só estaria presente se presentes os pressupostos da responsabilidade civil, quais sejam: ação ou omissão do agente, culpa do agente, relação de causalidade, lesão ao direito de outrem.

Com o passar do tempo, a tese alicerçada na culpa civilista mostrou-se inadequada para a solução de determinadas situações. Publicizou-se a culpa, então.

Numa evolução da culpa civil, passou-se a tratar a responsabilidade do Estado com base na **culpa administrativa**, a qual guarda semelhanças com a culpa civil mas com ela não se confunde.

Com a culpa administrativa não mais se exigia do lesado que provasse a culpa do agente causador do dano, mas tão somente que restasse provado a chamada falta do serviço, que, em última análise, era a falta do serviço

abr./jun. de 2000. p. 30.

³ BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Idem, ibidem.

⁴ GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1993. p. 620.

público. A culpa a ser exigida e provada por parte do lesado não é mais a culpa do agente público, mas sim a culpa da administração, vez que a falta do serviço não dependia da existência de ato individualizado do agente, podendo decorrer do mau funcionamento do serviço, razão suficiente a ensejar a reparação.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro resume bem a questão:

A teoria da culpa do serviço, também chamada culpa administrativa ou teoria do acidente administrativo, procura desvincular a responsabilidade do Estado da idéia de culpa do funcionário. Passou-se a falar em culpa do serviço público. Distingua-se, de um lado, a culpa individual do funcionário, pela qual ele mesmo respondia, e, de outro, a culpa anônima do serviço público; neste caso o funcionário não é identificável e se considera que o serviço público funcionou mal. A responsabilidade, então, é do Estado.⁵

Importante destacar, ainda, que a falta do serviço não depende, necessariamente, da falta do agente e que o fato gerador de responsabilidade é a falta do serviço, que deve ser analisada de acordo com as circunstâncias, e não o fato do serviço, que se coaduna com a responsabilidade objetiva do Estado.

Para Yussef Said Cahali, “o que caracteriza a teoria publicística é a despersonalização da culpa, transformando-a, pelo anonimato do agente, em falha da máquina administrativa.”⁶

Para Romeu Felipe Bacellar Filho, “a teoria da culpa administrativa constituiu o primeiro passo na mutação da ideologia subjetiva da culpa civil frente à responsabilidade objetiva do Estado, consubstanciada na tese do risco administrativo, pois conferiu relevo e importância à falta do serviço.”⁷

⁵ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 504.

⁶ CAHALI, Yussef Said. *Responsabilidade civil do Estado*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996. p. 33.

⁷ BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. *Op. Cit.*, p. 31.

1.3. Fase da Responsabilidade sem culpa

Numa evolução da responsabilidade civil do Estado baseada na culpa e alicerçada em idéias civilistas, sucedeu-se a responsabilidade do Estado sustentada no risco da atividade estatal. O Estado, ao desempenhar suas atividades, corre o risco de causar danos aos cidadãos e não pode ficar imune aos danos causados, devendo por eles responder patrimonialmente. Essa evolução representou um avanço na seara da responsabilidade civil do Estado, dissociando, definitivamente, as idéias civilistas de responsabilização patrimonial daquelas que devem vigor em relação ao Estado e suas atividades. Nesse sentido, sábias são as palavras de José de Aguiar Dias:

... a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é problema de direito administrativo, que tem suas regras especiais em quase todos os domínios do direito, não admirando que as tenha em relação à responsabilidade, que apresenta outros fundamentos e justificativas não admitidas no direito civil. Nem se censure a inserção do tema na Constituição onde está melhor situado do que no Código Civil, porque este não se destina, especificamente senão a regular relações de direito privado.⁸

Acatando a idéia da responsabilidade sem culpa, a doutrina passa a sustentá-la, conforme mencionado anteriormente, na idéia do risco da atividade estatal. Surgem, então, duas teorias, ambas fundadas na idéia do risco administrativo, quais sejam: o risco administrativo e o risco integral.

Para a **teoria do risco administrativo** não há que se questionar a existência de culpa. A caracterização da responsabilidade estatal ocorre se verificada a relação de causalidade entre o dano e o ato do agente público, ou seja, do ato do agente público deve decorrer o dano ao cidadão. Verificado esse nexo de causalidade, configurada estará a responsabilidade estatal em reparar os danos sofridos. Fazendo-se um contraponto com a teoria da culpa administrativa, temos que nesta exige-se a falta do serviço, enquanto que na teoria do risco administrativo exige-se, tão só, o fato do serviço, o qual se caracteriza como o risco inerente à atividade pública capaz de gerar danos a terceiros. Requer-se,

⁸ DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. v. 2, 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 607.

portanto, três pressupostos para caracterizar a responsabilidade estatal, de acordo com a teoria do risco administrativo, quais sejam: o fato do serviço, a lesão ao direito de outrem e a relação de causalidade entre aquela e esta. Não se exige a culpa, vez que em sede de responsabilidade objetiva não há que se nela falar.

A teoria do risco administrativo é acolhida pelo direito brasileiro desde a Constituição Federal de 1946. Por decorrência de sua aplicação, o Estado apenas pode se eximir de responsabilidade se provar a presença de uma das causas excludentes de responsabilidade, quais sejam: a culpa da vítima, o estado de necessidade, o caso fortuito e a força maior.

Em que pese a divergência doutrinária no que tange ao conceito dos dois últimos institutos, o Professor Romeu Felipe Bacellar Filho, com simplicidade, elucida a questão: “em se tratando de caso fortuito, o traço marcante é a imprevisibilidade. Se o evento pudesse ser previsto, certamente poderia ser evitado. Já em se tratando de força maior, o que transcende é a irresistibilidade. O evento, em muitos casos, embora previsível, afigura-se inevitável por sua força maior.”⁹

Também a culpa da vítima é causa de extinção ou diminuição da responsabilidade estatal. Nesse caso, em não sendo exclusiva da vítima a culpa pelo evento danoso, deve-se estabelecer uma gradação para se saber em quanto o Estado, por meio de seus agentes, contribuiu para a ocorrência do evento danoso. Responderá civilmente o Estado na exata medida de sua contribuição.

Por fim, o estado de necessidade, o qual traduz-se na hipótese em que prevalece o interesse coletivo sobre o individual.

Em todos os casos, contudo, como muito bem lembra o Professor Romeu Bacellar Filho, “... é o nexos causal que determinará, em todas as situações elencadas, as causas excludentes ou atenuantes e a responsabilização do Estado. (...) se na relação de causalidade não existir a participação da atividade do Estado na produção do dano, não e nem pode haver indenização pelo Poder Público, por ausência de indispensável pressuposto.”¹⁰

⁹ BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. *Op. Cit.*, p. 39-40.

¹⁰ BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. *Idem*, p. 41.

Todavia, pautados no risco inerente à atividade estatal, alguns doutrinadores foram além e formularam uma segunda teoria, também alicerçada na responsabilidade objetiva, que não admite qualquer excludente de responsabilidade. Para essa teoria, na medida em que o Estado, por meio de seus agentes, causa dano a alguém, deve ser responsabilizado patrimonialmente, surgindo o dever de indenizar a vítima, independentemente se a conduta desta contribuiu ou não para o evento danoso. Estamos, por certo, falando da **teoria do risco integral**.

Para Tupinambá Miguel Castro do Nascimento¹¹, na teoria do risco integral basta o nexo causal entre a conduta do agente e o dano resultante, baseando-se a responsabilidade nesta causação, não sendo excluída nem diante de caso fortuito ou força maior, nem diante da culpa exclusiva da vítima. O risco, para o citado autor, abarca todas as situações, sendo integral, portanto.

Por certo, a teoria do risco integral trata-se de modalidade extremada, vez que conduz, por vezes, ao abuso e a iniquidade social, sendo por isso, amplamente combatida tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência, estando, na visão de Zulmar Fachin¹², fadada ao insucesso.

¹¹ NACIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. *Responsabilidade civil do Estado*. Rio de Janeiro: Aide, 1995. p. 17.

¹² FACHIN, Zulmar. *Op. cit.*, p. 90.

II. A Evolução da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Constitucional Brasileiro

2.1. A Constituição de 1824

A Constituição Imperial de 1824, a qual instituiu juridicamente o Estado brasileiro, trazia duas regras importantes acerca da responsabilidade patrimonial estatal. O artigo 99 daquele texto constitucional previa que a pessoa do imperador era inviolável e sagrada e, dessa forma, não estava sujeita a responsabilidade alguma. Da mesma forma, o Estado também não respondia pelos danos causados a terceiros. Vigorava, portanto, a teoria da irresponsabilidade. O artigo 179, inciso XXIX, previa que os empregados públicos eram estritamente responsáveis pelos abusos e omissões praticados no exercício de suas funções e também por não fazerem efetivamente responsáveis os seus subalternos.

Da análise desse texto constitucional, depreende-se dois aspectos fundamentais: o primeiro é o fato de que a responsabilidade pelos danos causados a terceiros não era do Estado, mas do funcionário público, pessoal, portanto e, por segundo, a exigência da demonstração da culpa, considerada aqui a culpa civil (em contraposição à administrativa).

2.2. A Constituição de 1891

A Constituição de 1891, consagradora da República, não trouxe mudanças significativas no que tange à responsabilidade patrimonial do Estado, permanecendo o funcionário público responsável pelos danos causados no exercício das funções públicas. O artigo 82 daquela Carta Constitucional preceituava que os funcionários públicos eram estritamente responsáveis pelos abusos e omissões em que incorressem no exercício de seus cargos, assim como pela indulgência ou negligência em não responsabilizar efetivamente os seus subalternos.

Como se vê, assim como na Constituição do Império, manteve-se a responsabilidade pessoal do funcionário e a necessidade de incidência de culpa.

2.3. A Constituição de 1934

A Constituição de 1934, que consagrou valores democráticos e de justiça social, trouxe inovações no que tange à responsabilidade patrimonial do Estado. O artigo 171 do texto constitucional preceituava que os funcionários públicos eram responsáveis solidariamente com a Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal, por quaisquer prejuízos decorrentes de negligência, omissão ou abuso no exercício de seus cargos. O parágrafo primeiro do citado artigo acrescentava, ainda, que na ação proposta contra a Fazenda Pública, fundada em lesão praticada por funcionário, este deveria sempre ser citado como litisconsorte. O parágrafo segundo, por sua vez, garantia o direito de regresso da Fazenda Pública em face do funcionário causador do dano.

Depreende-se da análise do texto constitucional vigente à época, que, apesar de a culpa ainda ser fundamento da responsabilidade estatal, houve uma grande evolução em face das constituições anteriores.

2.4. A Constituição de 1937

Com a Constituição de 1937, instituidora do Estado Novo de Getúlio Vargas, mantiveram-se as bases da responsabilidade estatal trazidas pela Constituição anterior, de 1934, baseada na culpa, suprimindo-se, todavia, não só o direito de regresso da Administração Pública contra o funcionário causador do dano como também a exigência deste figurar como litisconsorte na ação de responsabilidade movida contra a Fazenda Pública.

Um regresso, certamente, mantendo-se, todavia, a estruturação anteriormente trazida.

2.5. A Constituição de 1946

A Constituição de 1946 trouxe novas bases para a responsabilização patrimonial do Estado. Em seu artigo 194 previa que as pessoas jurídicas de direito público interno eram civilmente responsáveis pelos danos que os seus funcionários, nessa qualidade, causassem a terceiros. Previa, igualmente, ação regressiva contra o funcionário causador do dano, se comprovada a culpa daquele.

Percebe-se, nitidamente, o avanço trazido pela Constituição em comento. Passou-se da responsabilidade subjetiva, com culpa, para a responsabilidade objetiva, não mais dependente de culpa. Além disso, o funcionário não era mais solidariamente responsável, passando-se a total responsabilidade para as mãos do Estado. Por fim, em oposição à Constituição anterior, restabeleceu-se o direito de regresso.

2.6. A Constituição de 1967

A Carta Constitucional de 1967, apesar de ter nascido com o intuito de dar sustentação ao Regime ditatorial que se erguia no país, manteve a responsabilidade patrimonial do Estado. O art. 105 daquela Constituição previa que as pessoas jurídicas de direito público respondiam pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causassem a terceiros, sendo assegurado, ainda, a possibilidade de ação regressiva contra o funcionário responsável pelo dano, se existente dolo ou culpa por parte daquele.

Mantém, portanto, a responsabilidade objetiva e o direito de regresso. Tal entendimento foi mantido pela EC nº 1, de 17 de outubro de 1969.

2.7. A Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 restabeleceu as liberdades individuais e trouxe de volta à sociedade brasileira os valores que lhe haviam sido

subtraídos em razão do regime ditatorial que se instalou no País. No campo da responsabilidade patrimonial do Estado, manteve a responsabilidade objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, e o direito de regresso da administração pública contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Trouxe, todavia, uma inovação ao estender a responsabilidade às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

O art. 37, § 6º da Carta Magna atual reza que: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

Outra inovação de grande vulto trazida pela Constituição Cidadã foi o fato de ter substituído o termo “funcionário” por “agente”, muito mais amplo e capaz de abarcar todos aqueles que exercem qualquer espécie de atividade pública, inclusive os juízes, conforme veremos adiante. Segundo o Professor Romeu Felipe Bacellar Filho,

... a noção de agente, no caso, deve ser entendida de forma ampla. Agente público para os efeitos de responsabilidade civil é toda pessoa investida em função pública, independente do vínculo que ostenta. Incluem-se, por conseguinte, os colaboradores da administração, todos igualmente responsáveis civilmente. São abrangidas, assim, todas aquelas pessoas que tomam decisões ou realizam atividades de alçada, em virtude do desempenho de um mister público, do *status* jurídico de funcionário público, ressalte-se, em qualquer escalão. Em suma, agente público é todo aquele em condições de efetuar comportamentos imputáveis ao Estado, no seu sentido amplo (pessoas jurídicas de direito público, empresas provadas prestadoras de serviço público, colaboradores, etc.).¹³

Ainda, necessário atentarmos ao fato de que o texto constitucional não faz ressalvas de qualquer natureza, de modo a não excluir qualquer órgão ou função da Administração Pública de responsabilidade. Assim, não podemos admitir que apenas os atos administrativos sejam passíveis de responsabilização se assim o texto constitucional não prevê. Se a própria constituição, ao tratar do tema, não cerceou a amplitude da responsabilidade patrimonial do Estado, não é razoável que entendamos que os atos legislativos ou jurisdicionais não sejam

¹³ BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. *Op. Cit.*, p. 27.

passíveis de responsabilização. Esse é o ponto central deste trabalho e que será melhor abordado adiante.

Necessário, contudo, antes de passarmos à análise do tópico seguinte, fazermos breves considerações acerca do princípio constitucional trazido pelo artigo 37, § 6º da Carta Magna. Nessa esteira, interessante a observação feita por Odete Medauar segundo a qual “o preceito (constitucional) estabelece duas relações de responsabilidade: a) a do poder público e seus delegados na prestação de serviços públicos perante a vítima do dano, de caráter objetivo, baseado no nexo causal; b) a do agente causador do dano, perante a Administração ou empregador, de caráter subjetivo, calcada no dolo ou na culpa.”¹⁴

Ainda, necessário enfatizarmos que, de acordo com o texto constitucional, respondem objetivamente não apenas as pessoas jurídicas de direito público mas também as de direito privado prestadoras de serviço público, sejam elas criadas pelo Estado, como as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações, ou criadas por particulares. Basta que a natureza do serviço prestado seja pública para caracterizar a responsabilidade objetiva do ente estatal ou privado prestador de serviço público.

Oportuno registrarmos, igualmente, a distinção feita por alguns autores quanto ao fundamento do dever de indenizar nos casos em que o dano for causado por ação ou omissão. Para Oswaldo Aranha Bandeira de Mello e Celso Antônio Bandeira de Mello, o Estado responde objetivamente se de uma atitude positiva sua restar lesado direito de outrem; se, todavia, não tendo o dever legal de agir, deixa de praticar um ato, omitindo-se, sua responsabilidade terá que ser subjetiva, baseada na culpa, portanto.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello, em algumas situações, a omissão do Estado não acarreta responsabilidade por parte deste e, portanto, implica na desnecessidade de indenização. Nas palavras do próprio doutrinador:

¹⁴ MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 432.

Quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficientemente) é de aplicar-se a teoria da responsabilidade *subjetiva*. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja *obrigado a impedir* o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se *descumprir dever legal* que lhe impunha obstar ao evento lesivo. (...) Logo, a responsabilidade por ato omissivo é sempre responsabilidade por comportamento *ilícito*. E sendo responsabilidade por ato *ilícito* é necessariamente responsabilidade subjetiva, pois não há conduta ilícita do *Estado* (embora do particular possa haver) que não seja proveniente de negligência, imprudência ou imperícia (culpa) ou, então, deliberado propósito de violar a norma que o constituía em dada obrigação (dolo). Culpa e dolo são justamente as modalidades de responsabilidade subjetiva.¹⁵

Segundo a teoria defendida pelo ilustre doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello, e amplamente atacada por outras correntes doutrinárias, o Estado responde objetivamente apenas se o dano por ele causado decorreu de ação sua. Se o dano, todavia, for causado por omissão, surgirão duas hipóteses: a) se o estado tinha o dever legal de agir e não agiu, omitindo-se, responderá com base na teoria objetiva; b) se, contudo, não tinha o dever legal de agir, será responsabilizado subjetivamente, exigindo-se, portanto, a presença de dolo ou culpa.

Conforme já anteriormente citado, a tese defendida por Celso Antônio Bandeira de Mello encontra fortes objeções por parte da doutrina em geral. Nesse sentido, podemos citar Diógenes Gasparini¹⁶, segundo o qual os danos causados pelo Estado podem decorrer tanto da ação quanto da omissão do agente público. Desta forma, entende não terem razão aqueles que defendem que o Estado apenas responderia objetivamente no caso de dano decorrente da ação de um de seus agentes. Para ele, a responsabilidade será sempre objetiva, independentemente se o dano foi causado por um comportamento positivo ou negativo.

Nesse sentido, oportuno destacarmos o posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual, em Apelação Cível proferiu o seguinte acórdão:

¹⁵ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 957.

¹⁶ GASPARINI, Diógenes. *Op. cit.*, p. 633.

“Quer se trate de causa omissiva ou comissiva, os danos ligados à atividade de agentes e funcionários públicos são da responsabilidade civil objetiva do Estado, dispensado o elemento subjetivo”¹⁷

Acreditamos ser este o melhor posicionamento a ser adotado e é partindo desse pressuposto que ampararemos todo este trabalho, a fim de demonstrar que a inércia do Estado também tem o condão de gerar responsabilização patrimonial, cabendo ao ente estatal indenizar os eventuais prejuízos daí decorrentes. Tal responsabilização, entendemos, sempre deverá ter por base a teoria objetiva, na modalidade do risco administrativo, vez que esta é uma conquista trazida pela Constituição, conquista da qual não podemos e nem devemos abdicar.

¹⁷ TJ-SP, 1ª Cam. Civ. Apel. Civ. 55.394-1, Rel. Dês. Rangel Dinamarco, 05/02/85.

III. A Questão da Unicidade do Poder Estatal

Antes de passarmos à análise da questão da responsabilidade do Estado pelos atos do Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional, necessário fazemos uma breve inteligência acerca da separação dos poderes do Estado e como essa separação se dá apenas com o intuito de otimizar as relações e atividades estatais, vez que o Estado, em última análise, é uno e assim deve ser entendido.

Nesse contexto, certamente foi Aristóteles¹⁸ (385 a.C.-322 a.C.), citado por Zulmar Fachin (2001, p. 46), o primeiro a cogitar da idéia de separação dos poderes do Estado.

Em sua obra *A Política* idealizou um sistema de modo a acomodar os três poderes essenciais ao desenvolvimento da atividade estatal. Nesse sentido, um Estado deveria possuir um Poder capaz de deliberar acerca dos negócios do Estado, um segundo Poder que compreende-se todas as magistraturas ou poderes constituídos, e um terceiro Poder que abrangesse os cargos de jurisdição. No primeiro caso estaríamos diante do Poder Legislativo, no segundo caso, do Executivo e, por último, diante do Poder Judiciário.

Aristóteles, portanto, foi o primeiro a idealizar essa separação, distribuição na realização do exercício do poder político.

As idéias trazidas por Aristóteles foram, no correr dos anos, aperfeiçoadas e modificadas por inúmeros outros pensadores, como John Locke¹⁹ (1632-1704), Montesquieu²⁰ (1689-1755), ambos citados por Zulmar Fachin (2001, pp. 48-54), dentre inúmeros outros. Todavia, até os dias atuais sustenta-se a idéia trazida precipuamente por Aristóteles, segundo a qual, a melhor forma de desenvolvimento do Poder Estatal se dá na medida em que este Poder não se concentra apenas nas mãos de uma só pessoa, mas tem suas diversas funções atribuídas a diversas pessoas, as quais, num sistema de freios e contrapesos

¹⁸ ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

¹⁹ LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

²⁰ MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. Trad. Cristiana Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

controlam-se umas às outras. A idéia, todavia, não é de divisão do Poder, vez que o Poder estatal é uno e indivisível, mas sim de divisão de funções.

O art. 2º da Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da separação de poderes:

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Verifica-se, portanto, que o Poder Estatal, de fato, é uno e indivisível. A essa unidade estão ligadas a unicidade de poder, de soberania, de jurisdição e do próprio ordenamento jurídico.

Zulmar Fachin, ao falar sobre a unicidade do Poder Estatal, assim a descreve: “O Poder é um fenômeno notável da vida humana. É marcado pela sua unicidade. Quem exerce o poder não pode ser compelido a dividi-lo com ninguém, embora as conveniências possam criar situações específicas. O poder é uno, e sua ‘partilha’ somente ocorre no que tange ao modo de exercê-lo”²¹

Ora, ao dizer que o Poder estatal é uno e que sua “partilha” só se dá na medida de seu exercício, o autor citado enfatiza que a separação dos poderes estatais apenas ocorre no que tange ao exercício das funções precípua de cada um dos Poderes estabelecidos pela Carta Constitucional. Assim, ao falarmos em Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, temos que ter em mente que a cada um compete determinadas funções que lhes são inerentes (além de outras que lhes são acessórias e que, por vezes, alcançam funções de outros poderes) e que cada um só existe e exerce poder na medida em que existem os demais, pois, originariamente, só há um Poder.

Superada a questão da unicidade do Poder Estatal, decorrem duas consequências, quais sejam: 1) superam-se todas as teorias que entendem ser o Estado irresponsável pelos prejuízos decorrentes da atividade jurisdicional e, 2) diante do prejuízo decorrente da atividade jurisdicional danosa, surge o dever estatal de indenizar.

²¹ FACHIN, Zulmar. *Op. cit.*, p. 59

IV. A Responsabilidade Civil do Estado-Juiz

4.1. Atividade Judicial e Atividade Jurisdicional

Antes de adentrarmos à análise da responsabilidade civil do Estado por atos do Poder Judiciário, necessário e oportuno fazermos uma breve análise acerca da divergência doutrinária na utilização dos termos atos judiciais e atos jurisdicionais.

Como já anteriormente citado, ainda que de forma muito breve, sabe-se que a tripartição dos Poderes estatais não gera para cada um dos poderes uma função única. De regra, cada um dos Poderes estatais possui determinada função que lhe é inerente, típica, e outras que lhes são acessórias, atípicas. Dessa forma, a função inerente ao Poder Legislativo é elaborar Leis; todavia, também pode exercer, excepcionalmente, função jurisdicional²² e administrativa²³. O Poder Executivo, de igual forma, tem por funções típicas a prática de atos de chefia e de administração, podendo, secundariamente, exercer funções legislativas e judiciais. O Poder Judiciário, por seu turno, tem, precipuamente, a função de julgar, podendo, todavia e secundariamente, exercer funções administrativas e legislativas.

A divergência no uso dos termos “atos judiciais” e “atos jurisdicionais” encontra-se exatamente na divisão das funções típicas e atípicas do Poder Judiciário. Enquanto o primeiro termo é mais amplo, abrangendo todas as funções do Poder Judiciário (típicas e atípicas), o segundo restringe-se à função típica desse Poder, qual seja, a de julgar.

Augusto do Amaral Dergint assim se posiciona: “A atividade judicial (ou judiciária) é gênero de que a atividade jurisdicional e a atividade administrativa são espécies. Judiciárias são todas as atividades do Poder Judiciário, específicas ou não, independentemente de sua natureza.”²⁴

²² No caso de julgamento de impeachment do Presidente da República.

²³ Questões administrativas como gastos internos, pagamentos etc.

²⁴ DERGINT, Augusto do Amaral. *Responsabilidade do Estado por atos judiciais*. São Paulo: RT, 1994. p.101.

Dessa forma, resta claro que ato jurisdicional é aquele praticado pelo Poder Judiciário no curso do processo, ou seja, enquanto exerce sua função típica, qual seja, a de julgar.

Ao praticar ato que não seja jurisdicional (ato administrativo), o Poder Judiciário está exercendo atos judiciais (expressão ampla que abrange também os atos jurisdicionais).

No que tange aos atos administrativos praticados pelo Poder Judiciário, a doutrina tem se mostrado pacífica no que se refere à aplicação do § 6º do art. 37 da Constituição Federal.

Nesse sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma: “Com relação a atos judiciais que não impliquem exercício de função jurisdicional, é cabível a responsabilidade do Estado, sem maior contestação, porque se trata de atos administrativos, quanto ao seu conteúdo”²⁵

Já no que pertine à responsabilidade do Estado quanto aos atos jurisdicionais, ainda não há consenso acerca da aplicação do artigo 37, § 6º da Carta Magna, quando houver danos causados pela prática desses atos.

A jurisprudência tem se mostrado tendenciosa a não aplicação daquele dispositivo constitucional pertinente a atividades danosas, provenientes da prática de atos jurisdicionais, salvo nos casos expressos em lei.

Nesse sentido, necessário analisarmos as teorias acerca da responsabilidade e irresponsabilidade do órgão estatal pelos atos jurisdicionais. Importante ressaltar que tratar-se-á essencialmente da responsabilidade pela atividade jurisdicional, e não administrativa, tendo em vista que o objetivo deste trabalho se restringe à primeira.

4.2. A Responsabilidade Estatal sobre atos jurisdicionais

A responsabilidade civil do Estado pelo exercício danoso da atividade jurisdicional é tema complexo e amplamente controverso, sendo que grande parte da doutrina tem se posicionado no sentido de negar a possibilidade

²⁵ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, p. 523.

de o Estado ser civilmente responsabilizado pelo exercício da atividade jurisdicional danosa.

Antes, porém, de darmos início à análise e aos argumentos daqueles que defendem a irresponsabilidade do Estado pela prática lesiva de atos jurisdicionais, necessário e oportuno rememorarmos o fato de que o poder estatal é uno e indivisível, sendo apenas suas funções exercidas por órgãos diversos.

A unicidade do poder estatal, portanto, está relacionada à unicidade do próprio poder, da soberania, da jurisdição e do próprio ordenamento jurídico. Se há uma divisão, e há, ela é de ordem prática (distribuição de competências) e não macula, jamais, a unidade do poder estatal.

Ora, a partir do momento em que entendemos o poder estatal como sendo uno e indivisível, e superada a questão da responsabilidade objetiva do Estado, parece-nos de grande dificuldade negarmos a responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais vez que tal constatação passa a ser consectário jurídico indeclinável da própria unicidade do poder estatal. Nesse sentido, a responsabilidade patrimonial do Estado não pode se restringir aos atos do Poder Executivo, devendo alcançar todos os atos que acarretem dano a terceiro, incluídos aí os do Poder Judiciário, de acordo com Juary C. da Silva.²⁶

Nas sábias palavras do doutrinador supra citado:

assente que o Estado é uno, distinguindo-se apenas as funções por meio das quais ele atua, normalmente confiadas a órgãos (e não Poderes) distintos, infere-se que qualquer ato estatal será hábil a ensejar a responsabilidade do Estado perante o lesado, independentemente do órgão estatal que o praticou. Mais do que corolário da unidade do Estado, essa assertiva assume foros até de consequência inafastável, irrecusável. O Estado responde por ter personalidade jurídica unitária, por constituir um foco univalente de poder, qualquer que seja a natureza do ato por ele praticado, através de seus agentes. Não se deve distinguir entre atos de órgãos legislativo, executivo e judiciário²⁷

Dessa forma, tendo em vista a personalidade jurídica unitária do Estado, o qual manifesta-se sempre por meio de um de seus órgãos, sempre que algum de seus agentes agir de forma a causar dano a terceiro, surgirá a

²⁶ SILVA, Juary C. da, *Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais e legislativos*. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 53.

²⁷ SILVA, Juary C. da, Idem, p. 71

necessidade de reparar patrimonialmente os danos causados, independentemente desse ato danoso ter partido do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário. E, no tocante a este último, também no que concerne aos atos jurisdicionais, vez que estes só são exercidos na medida em que o Estado está investido de autoridade para exercê-los.

Todavia, conforme já anteriormente citado, grande parte da doutrina defende a tese da irresponsabilidade estatal no que concerne à prática de atos jurisdicionais danosos. Visando sustentar tal argumento, construíram-se inúmeras teorias, as quais passaremos a expor, tentando refutá-las de modo a manter a tese aqui defendida de que o Estado deve ser responsabilizado pela prática de atos jurisdicionais danosos. Vejamos, pois.

4.2.1. Teoria da Irresponsabilidade

Como já anteriormente citado, a responsabilidade civil do Estado pela prática de atos jurisdicionais danosos ao cidadão é questão que levanta polêmica tanto na seara doutrinária quanto jurisprudencial.

Nesse sentido, grande parte dos autores tem negado a responsabilização patrimonial do Estado por atos lesivos decorrentes do exercício da função jurisdicional. Para amparar essa tese, sustentam-na sob os seguintes argumentos: a) soberania do Poder judiciário; b) incontestabilidade da coisa julgada; c) falibilidade dos juízes; d) risco do serviço assumido pelo jurisdicionado; e) independência do magistrado; f) ausência de texto expresso em lei.

Tentaremos analisar cada um dos argumentos expostos, apresentando argumentos contrários de modo a sustentar que o Poder Estatal, enquanto uno, deve sim ser responsabilizado civilmente pelos atos jurisdicionais geradores de dano.

4.2.1.1. A soberania do Poder Judiciário

Os autores que seguem esta fundamentação para defender a irresponsabilidade do Estado por atos jurisdicionais, o fazem sob o argumento de que o Poder judiciário é soberano e, dessa forma, colocam-no *supra legem*, isentando o Estado de qualquer responsabilidade civil no que tange a atos emanados do Poder Judiciário, enquanto este estiver embuído da função jurisdicional.

Ora, a soberania é uma característica da pessoa jurídica Estado. Este a detém com exclusividade. Dessa forma, não podemos dizer que o Poder Executivo ou Legislativo é ou são soberanos, e tampouco o judiciário. O Estado, enquanto formado por esses três poderes é que possui a soberania, mas os poderes (funções) enquanto separados, não podem ser detentores de soberania. Voltamos, portanto, a questão da unicidade do poder estatal. O Estado é uno e indivisível e, assim, se se admite a responsabilização estatal por atos executivos, não se poderá deixar de admiti-la no tocante aos atos jurisdicionais emanados do Poder Judiciário.

Ambos os poderes, executivo e judiciário, assim como o legislativo, representam expressões do poder estatal que, ao cabo, é uno. Desse forma, e sob esse entendimento, ou se admite a responsabilização estatal pelos danos causados pelo Estado a terceiros, independente da função exercida e ocasionadora do dano, e assim o Estado deve responder pelos atos do Poder Judiciário, ou então, em virtude da soberania, que é própria do Estado enquanto uno e indivisível, afastar-se-á qualquer possibilidade de reparação de danos causados pelo Estado a terceiros, independente do órgão funcional ocasionador do dano. Nesse último caso, o Estado seria plenamente irresponsável pelos atos praticados por seus agentes, independente do poder a que estivessem subordinados, vez que a soberania serviria como um escudo que protege o Estado contra o pleito indenizatório formulado por aquele que lesado sentiu-se. Inadmissível tal posicionamento.

Ainda, todavia, e apenas para argumentar, se se admitisse que os Poderes estatais gozam de soberania, então teríamos que admitir que, na medida em que o Poder Executivo é soberano e admite-se a responsabilização civil contra ele, insustentável não admiti-la em relação ao Poder Judiciário.

Assim, inaceitável utilizar-se da tese da soberania do Poder Judiciário para afastar a responsabilização estatal de reparação dos danos ocasionados pelo não funcionamento ou mau funcionamento do aparato jurisdicional.

4.2.1.2. Incontrastabilidade da Coisa Julgada

Sabemos que a coisa julgada refere-se à imutabilidade das decisões, sendo formal quando se restringir apenas aos autos do processo em que se deu a decisão e material quando a imutabilidade do decisório for além do processo em que a decisão foi proferida.

Segundo o art. 467 do Código de Processo Civil, a coisa julgada material é “a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário e extraordinário”. Sabemos que tal conceito é discutível, mas o que queremos enfatizar é o fato de que uma decisão só é alcançada pela coisa julgada na medida em que transita em julgado e, transitando em julgado, torna-se verdade absoluta (no caso da coisa julgada material), indiscutível.

É sob esse fundamento que os defensores dessa teoria se amparam para defender a irresponsabilidade do Estado pelos atos jurisdicionais. Entendem que se a coisa julgada é tida como uma verdade, ela não pode ser contrariada, devendo ser seguida, ou seja, a coisa julgada – material – é incontrastável.

A despeito de existirem outros argumentos capazes de vencer os defensores dessa teoria, como, por exemplo, a possibilidade da ação rescisória, a qual, dentro do prazo decadencial de 2 anos do trânsito em julgado da sentença, pode alterar a “verdade” trazida pela coisa julgada, acreditamos que a admissibilidade da responsabilização do Estado por atos jurisdicionais não fere em nenhum momento o instituto da coisa julgada. Na medida em que opera o trânsito

em julgado e a decisão torna-se imutável, a possibilidade de reparação por danos que tal decisão traz às partes ou, na medida em que a demora na resposta do Poder judiciário à demanda trazida pela parte torna-se extremamente gravosa ao interessado, surge um direito por parte do cidadão lesado – de buscar reparação – e um dever por parte do Estado – de prestar a reparação ao dano causado, tudo isso independente da decisão exarada pelo juiz ou pelo tribunal, a qual, como já dito, tem o condão de tornar-se imutável.

A possibilidade de reparação se dá independente da realização da coisa julgada no processo original, mas sempre ocorrerá em um novo processo onde o réu necessariamente será o Estado.

4.2.1.3. Falibilidade dos juízes

Os defensores de tal teoria sustentam-na sob o argumento de que, enquanto humanos que são os juízes são falíveis e, dessa forma, como são passíveis de cometerem erros, seria demasiado gravoso responsabilizar o Estado por tais atitudes.

Ora, apesar de entendermos correta a premissa de que, enquanto humanos, os juízes são passíveis de cometerem erros, não podemos concordar com a conclusão dos defensores dessa tese. Concordássemos nós com tal posicionamento, teríamos que negar qualquer forma de pretensão reparatória por parte do Estado vez que, enquanto pessoa jurídica, o Estado apenas é capaz de manifestar sua vontade por meio de seus agentes, os quais, em sua totalidade, ao menos por enquanto, são pessoas, seres humanos e, portanto, passíveis de cometerem erros.

Aceitar a tese da irresponsabilidade estatal por atos jurisdicionais em virtude da falibilidade humana dos juízes é demasiado pretensioso. Fosse assim, teríamos que aceitar a irresponsabilidade plena do Estado, vez que qualquer um de seus agentes – seja do Executivo, Legislativo ou Judiciário – é passível de cometer erros.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro assim coloca a questão: “o fato de o juiz ser falível, como todos os seres humanos, não pode servir de escusa para o reconhecimento da responsabilidade civil do Estado, pelas mesmas razões que não serve de escudo a qualquer pessoa, na vida pública ou privada.”²⁸

4.2.1.4. Risco do serviço assumido pelo jurisdicionado

Os defensores de tal teoria sustentam que o jurisdicionado ao levar sua pretensão ao Poder Judiciário, buscando uma solução, assume os riscos inerentes a essa espécie de serviço público.

Tal visão é totalmente contrária às concepções do direito público contemporâneo. Na medida em que se firma doutrinária e jurisprudencialmente a responsabilidade objetiva do Estado, oferecer ao jurisdicionado uma contrapartida ao serviço prestado, sob a forma do risco, é vir de encontro aos modernos preceitos de direito público.

Dessa forma, assim como os demais serviços públicos prestados, a prestação jurisdicional traz consigo um risco que deve, assim como nos demais casos, recair sobre aquele que a presta, o Estado.

Zulmar Fachin esclarece: “O serviço judiciário é serviço público. E os riscos pelos danos ocasionados pelo serviço público jurisdicional são do Estado e não do jurisdicionado. O Estado não pode transferir ao particular uma responsabilidade que somente ele pode assumir.”²⁹

4.2.1.5. Independência do juiz

Mais do que uma garantia do magistrado, a independência do juiz é necessária para a sociedade, que necessita de juízes imparciais para a solução dos conflitos de direito que se apresentam. É essa independência dos juízes em

²⁸ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais, *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro: Renovar, v. 198, p. 89, 1994.

²⁹ FACHIN, Zulmar. *Op. cit.*, p. 177.

sua atuação que garante a liberdade do magistrado frente a qualquer outra pessoa detentora de poder.

Agarrando-se ao princípio da independência do juiz, muitos doutrinadores têm defendido a tese da irresponsabilidade civil do Estado sob o argumento de que aceitar a responsabilidade estatal sobre o poder jurisdicional seria trazer insegurança e temerosidade ao magistrado, não podendo mais este exercer com liberdade sua função.

Ora, uma vez mais o argumento utilizado não merece vingar. É essencial, por certo, estabelecer-se garantias mínimas ao exercício independente da magistratura. A própria Constituição Federal de 1988 estabelece garantias aos juízes, como a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, garantias essas expressas no artigo 95 da Carta Magna. O magistrado, para bem julgar, não pode ter amarras, precisa ter liberdade para exercer a função que lhe é atribuída pelo Estado, a função jurisdicional. Parece-nos, que não resta dúvida quanto a isto.

Todavia, não se pode querer tornar o Estado irresponsável pelos atos jurisdicionais invocando a independência dos juízes vez que uma coisa não anula a outra.

Tupinambá Miguel Castro do Nascimento consegue sintetizar de maneira clara que a independência do magistrado pode muito bem conviver com a responsabilidade patrimonial do Estado:

Na verdade, o Juiz tem independência intelectual e investigatória para interpretar a prova e a lei, proferindo o julgamento pertinente ao conflito de interesses emergentes no processo. Esta independência, que é atributo que jamais pode faltar ao juiz, não se reduz ou desaparece pelo fato de sua decisões interlocutória ou terminativas do feito estarem sujeitas a recursos e a alterações. O juiz convive com a recorribilidade de sua decisões e o provimento dos recursos interpostos. E continua independente. Deste modo, não se compreende por que haveria diminuição de sua independência no fato de haver, posteriormente, a responsabilidade estatal³⁰

De fato, não resta sustentabilidade à tese da irresponsabilidade amparada na independência do magistrado, vez que é plenamente possível a

³⁰ NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. *Op. cit.*, p. 31

convivência de ambas. Assim, de um lado o juiz continuará exercendo sua função jurisdicional com plena independência, para o bem de toda a sociedade, e, por outro, o Estado restará civilmente responsável pelos danos oriundos da atividade jurisdicional danosa ao jurisdicionado.

4.2.1.6. Ausência de texto expresso de lei

Os que defendem esse argumento para sustentar a irresponsabilidade do Estado afirmam que no direito brasileiro não há lei que ampare a responsabilidade pela atividade jurisdicional e, desse modo, o Estado não pode ser compelido a indenizar prejuízos causados por seus agentes no exercício da função jurisdicional. Segundo os defensores de tal tese, ainda, haveria norma jurídica expressa apenas para o erro judiciário e para as hipóteses do artigo 133 do Código de Processo Civil.

O artigo 37, § 6º da Carta Magna é claro ao estabelecer que:

Art. 37 (...)

(...)

§6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

O juiz, ao exercer a função jurisdicional, exerce atividade pública. Seria ilógico aceitarmos que o princípio constitucional trazido pelo artigo 37, § 6º aplica-se a todos os que prestam serviços públicos, menos ao juiz. E, ainda que assim se entendesse, imprescindível que tal entendimento estivesse expresso no texto constitucional, afinal, as exceções, para que valham, devem estar expressas. Não é o caso.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro analisa a questão da seguinte forma:

Quanto a não ser o juiz funcionário público, o argumento não é aceitável no direito brasileiro, em que ele ocupa cargo público criado por lei e se enquadra no conceito legal dessa categoria funcional. Ainda que se entendesse ser ele agente político, seria abrangido pela norma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que emprega precisamente o vocábulo **agente** para abranger todas as categorias de pessoas que, a qualquer título, prestam serviços ao Estado.³¹

Além disso, necessário observar que o conceito de agente público abrange, como espécies, de um lado, o servidor público, o empregado público e o funcionário público e, de outro lado, o **agente político**, podendo incluir-se dentre estes, entre outros, os magistrados. Dessa forma, o juiz, enquanto exerce uma função pública, qual seja, a função jurisdicional, é, genericamente, um agente público e, como espécie, por atuar com plena liberdade funcional, é um agente político. Inegável, portanto, que o princípio trazido pelo artigo 37, § 6º, da Carta Magna, alcança a atividade jurisdicional e o agente público/político juiz.

Ademais, negar a responsabilidade do Estado pela atividade jurisdicional sob o argumento de que inexistente texto expresso de lei é negar a aplicabilidade imediata do princípio estampado no artigo 37, § 6º da Constituição Federal. Também a Lei de Introdução ao Código Civil, que, ao fim, é lei de introdução a todo o ordenamento jurídico, prevê em seu artigo 4º que quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito. Claro é que, se aplicarmos a analogia, e na medida em que o Estado responde civilmente pelos danos causados pelo Executivo, responderá também por aqueles decorrentes de atividade danosa do Poder Judiciário.

Fica claro, portanto, que os argumentos utilizados para sustentar a irresponsabilidade do Estado pelos atos jurisdicionais são frágeis, não conseguindo afastar a responsabilidade que aqui se pretende provar.

³¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, p. 511.

V. A Responsabilização Civil do Estado por Ato Jurisdicional no Direito Comparado

A ciência do direito comparado é de fundamental importância quando nos propomos a conhecer e entender de maneira ampla determinada temática. Nesse sentido, na medida em que conhecemos e entendemos como os demais países tratam determinadas temáticas, podemos empreender novos avanços e criar novas formas de pensar acerca da evolução dos institutos que nos rodeiam.

É da experiência já consubstanciada em outros ordenamentos jurídicos que podemos tirar lições para aprimorar o nosso próprio sistema de leis e a sua interpretação, e, dessa forma, sempre permitir um avanço interpretativo.

Nesse contexto, não poderíamos deixar de dedicar um capítulo de nosso trabalho à análise de como os demais países entendem a questão da responsabilização patrimonial do Estado por atos jurisdicionais danosos a terceiros.

5.1. Estados Unidos da América e Inglaterra

Inglaterra e Estados Unidos foram os últimos países a abandonar a tese da irresponsabilidade, o que ocorreu somente em 1947 e 1946, respectivamente.

No Estado Norte Americano, no que tange a responsabilização patrimonial do Estado por ato jurisdicional, continua prevalecendo a tese da irresponsabilidade, ficando o Estado imune aos danos causados por seus juízes. Os tribunais, todavia, e ainda que não de modo freqüente, têm acolhido a tese da responsabilidade pessoal do juiz. Há que se ressaltar, ainda, a possibilidade de o juiz, em virtude de sua atividade danosa, sofrer processo de *impeachment*, por meio do qual está sujeito a perda de seu cargo.

Na Inglaterra, por seu turno, também prevalece, ainda, a irresponsabilidade patrimonial estatal por atos jurisdicionais, todavia, há que se fazer distinção, neste país, dos atos de jurisdições superiores e inferiores. Nesse

sentido, cabe destacar a observação de João Sento Sé, *in verbis*: “enquanto os membros das jurisdições superiores são favorecidos com a presunção de que agem sempre no limite de sua competência jurisdicional, os membros das jurisdições inferiores devem provar que exercem tal competência.”³² Apesar da distinção, o Estado eximi-se de qualquer responsabilidade, recaindo esta, quando houver, sobre a pessoa do magistrado.

5.2. Espanha

A Constituição Espanhola consagra regra definidora da responsabilização patrimonial do Estado ante a atividade jurisdicional danosa. Nesse sentido, o art. 121 da Carta Constitucional promulgada em 27 de dezembro de 1978, preceitua que: “os danos causados por erro judicial, assim como os que são consequência do funcionamento anormal da Administração da Justiça, darão direito a uma indenização a cargo do Estado, conforme a lei”³³

Perceba-se que, ao contrário dos Estados Unidos e da Inglaterra, o ordenamento espanhol estabelece a responsabilidade objetiva do Estado, independente, portanto, de dolo ou culpa do agente, do juiz, portanto.

Além disso, estabelece a responsabilização patrimonial do Estado em duas hipóteses, quais sejam: o erro judiciário e o funcionamento anormal da administração judiciária. Na lei ordinária espanhola, ainda, prevê-se a responsabilização do Estado por atos lesivos aos jurisdicionados praticados pelos juízes.

5.3. Itália

O ordenamento constitucional italiano, por meio da Constituição promulgada em 27 de dezembro de 1947, cuida da temática ora abordada em dois

³² SÉ, João Sento. Responsabilidade Civil do Estado Juiz. *Revista de Direito Público*, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 82, p. 133, 1987.

³³ “Los daños causados por error judicial, así como los que sean consecuencia Del funcionario anormal de la Administración de Justicia, darán derecho a uma indemnización a cargo del Estado, conforme a la ley”.

dispositivos. Em seu artigo 24, aquela Carta Constitucional estabelece que: “a lei determinará as condições e as modalidades para a reparação dos erros judiciários”³⁴. O artigo 28, da mesma Carta, todavia, disciplina a questão de forma mais ampla: “os funcionários e os dependentes do Estado e das entidades públicas serão diretamente responsáveis, segundo as leis penais, civis e administrativas, pelos atos praticados com violação de direitos. Nesses casos, a responsabilidade civil estende-se ao Estado e às entidades públicas”³⁵.

A Constituição italiana, desse modo, ao mesmo tempo que atribui responsabilidade aos funcionários e dependentes do Estado, igualmente a atribui ao próprio Estado e às entidades públicas, numa espécie de responsabilidade solidária entre o Estado e seus agentes, inclusive o juiz, embora ainda persista divergências na doutrina italiana quanto a inclusão ou não desse último.

5.4. França

A Constituição francesa, promulgada em 04 de outubro de 1958, nada dispõe acerca da responsabilidade patrimonial do Estado por ato jurisdicional. Razão outra não deve haver por ter conhecido a tese da irresponsabilidade civil do Estado por tais atos, prevendo exceções apenas no que tange ao erro judiciário e à ação chamada *prise à partie*.

Nas palavras de Augusto do Amaral Dergint:

As duas mencionadas hipóteses de responsabilidade (erro judiciário e *prise à partie*), representavam, assim, exceções a um princípio de irresponsabilidade do Estado pela atividade judiciária danosa, afirmada pelos tribunais da jurisdição judiciária (e, igualmente, pelos da jurisdição administrativa). A este extemporâneo princípio, porém, não restava senão derruir, progressivamente.³⁶

E foi o que aconteceu.

³⁴ “La legge determina le condizioni e i modi per la riparazione degli errori giudiziari”.

³⁵ “I funzionari e i dipendenti dello Stato e degli enti pubblici sono direttamente responsabili, secondo le leggi penali, civili e amministrative, degli atti compiuti in violazione di diritti. In tali casi la responsabilità civile si estende allo Stato e agli enti pubblici”.

³⁶ DERGINT, Augusto do Amaral. *Op. cit.*, p. 78.

Com o passar do tempo e a consolidação jurisprudencial, a França abandonou a tese da irresponsabilidade, admitindo-se atualmente que a ação de reparação de danos seja proposta contra o próprio Estado.

Com a Lei 72-620, de 05 de julho de 1972, relativa à reforma do “Code de procédure civile”, consagrou-se o princípio da responsabilidade estatal por dano causado pelo funcionamento anormal do serviço judiciário. Nesse sentido, na visão de Augusto do Amaral Dergint, o art. 11 da pré-citada lei enunciava que:

O Estado é obrigado a reparar o dano causado pelo funcionamento defeituoso do serviço da justiça. Essa responsabilidade não se configura senão por uma culpa grave ou por uma denegação de justiça. A responsabilidade dos juízes em razão de sua culpa pessoal é regida pelo estatuto da magistratura, no que concerne aos magistrados do corpo judiciário, e por leis especiais, no que concerne aos juízes componentes das jurisdições de atribuição. O Estado garante as vítimas contra os danos causados pelas faltas pessoais dos juízes e outros magistrados, salvo seu recurso contra estes últimos.³⁷

Depreende-se do texto legal francês que o Estado responde não apenas pelas faltas pessoais dos juízes, com a garantia do direito de regresso, mas também pelo serviço ineficiente, ou pela *faute du service*, sem implicação de uma falta pessoal. Há que se observar, ainda, que a responsabilidade por culpa apenas existirá nas hipóteses de “culpa grave” ou de “denegação da justiça”, expressões amplas e abertas, cumprindo à jurisprudência precisá-las.

Na visão de Alessandro Giuliani e Nicola Picardi, citados por Augusto do Amaral Dergint (1994, p. 86): “a legislação francesa dos anos 70 busca conciliar duas exigências opostas: por um lado, continuar e completar obra de assimilação do juiz ao funcionário público; por outro, oferecer ao cidadão uma tutela no confronto com os abusos do juiz. A cobertura dos riscos é o preço que o Estado paga para continuar a manter sob controle a magistratura”.³⁸

³⁷ DERGINT, Augusto do Amaral. Idem, p. 81.

³⁸ GIULIANI, Alessandro, PICARDI, Nicola. Professionalità e responsabilità Del giudice. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova, v. 42, n. 2, p. 249-299, abr.-jun./1987.

5.5. Alemanha

O texto constitucional alemão, promulgado em 23 de maio de 1949, em seu art. 34 estabelece: “Se um funcionário, no exercício de um cargo público que lhe foi confiado, infringir em relação a terceiros os deveres que o cargo lhe impõe, a responsabilidade recai, em princípio, sobre o Estado ou a corporação em cujo serviço ele se encontra. No caso de dolo ou negligência grosseira, reserva-se o direito de regresso. Para reivindicações de indenização e para o exercício do direito de regresso não poderá ser excluída a via judicial ordinária”.

A Constituição alemã, nesse sentido, é direta: estabelece que a responsabilidade pelos riscos da atividade jurisdicional é do Estado, única e exclusivamente, cabendo a este exercer o direito de regresso nos casos de dolo ou negligência “grosseira” do agente causador do dano, o juiz. Ao particular, ressalte-se, só é permitido acionar o Estado para obter a indenização devida, e jamais a pessoa física do juiz.

5.6. Portugal

Em terras portuguesas vigora o princípio da responsabilidade civil do Estado por atos de seus juízes. Nas palavras de Zulmar Fachin, “o princípio estabelece que o juiz não pode ser responsabilizado pessoalmente pelos prejuízos que causar no exercício da função jurisdicional. Mas, ao mesmo tempo, permite que o legislador ordinário estabeleça exceções.”³⁹

Na medida em que o texto constitucional estabelece que as exceções ao princípio da responsabilidade estatal pela atividade jurisdicional serão estabelecidas pelo legislador ordinário, consagra-se o princípio da Responsabilidade do Estado pela atividade jurisdicional, e não do juiz.

³⁹ FACHIN, Zulmar. *Op. cit.*, p. 146.

5.7. Breves Considerações

Como bem se pôde notar da análise acima empreendida, há uma tendência mundial em se relegar ao passado as teses que supunham irresponsável o Estado pelos atos de seus agentes, em especial aqueles que empreendem a atividade jurisdicional, quais sejam, os juízes.

Dessa forma, embora lenta, a evolução tem se dado no sentido de passarmos de uma fase de responsabilização da pessoa-juiz para uma fase em que quem responde pelos danos causados é o Estado-juiz.

De qualquer modo, podemos observar que em nenhum país, dentre os analisados, a vítima fica desprotegida do amparo estatal sob a bandeira da irresponsabilidade. A tendência, muito pelo contrário, é de que todos os países venham a adotar a responsabilidade patrimonial do Estado pelos danos causados no decurso da prestação jurisdicional em contrapartida à responsabilidade pessoal dos juízes.

VI. Das Espécies de Atividades Jurisdicionais Danosas

O Estado, ao assumir a responsabilidade pela prestação da tutela jurisdicional, obriga-se, em decorrência, aos riscos que tal atividade enseja. Dessa forma, deve comprometer-se a reparar eventuais danos que seus jurisdicionados venham a sofrer em razão do não funcionamento, ou do mau funcionamento, do aparato jurisdicional estatal.

Os danos que podem advir da atividade judiciária são muitos e não pretendemos esgotá-los nesse trabalho. Tentaremos, contudo, abordar apenas as formas de atividade jurisdicional danosas mais comuns, reservando um capítulo especial para aquela que constitui o ponto mais polêmico, além de causador de grande descrédito por parte da população em relação ao poder judiciário: a morosidade na prestação da tutela jurisdicional.

6.1. O Erro Judiciário

O Estado-juiz ao prestar a tutela jurisdicional ao cidadão o faz mediante agentes políticos que agem em seu nome, os juízes. O Juiz, enquanto ser humano que é, é falível e, dessa forma, está sujeito a cometer erros.

O erro judiciário refere-se ao equívoco da sentença judicial, seja no âmbito criminal ou cível. Nas palavras de Odené Serrano Júnior, “o erro judiciário é a própria negação da Justiça...”⁴⁰

Há que se considerar, todavia, que nem sempre o erro judiciário gera prejuízo aos jurisdicionados. No âmbito criminal, podemos cogitar numa absolvição indevida; no âmbito cível, num enriquecimento sem causa, ilícito, portanto, com o prejuízo da parte adversa.

Em todos os casos, todavia, o erro judiciário deve ser visto como um risco à própria atividade jurisdicional que, uma vez prestada pelo Estado, deve também por ele ser assumido o risco de indenizar aquele que, injustamente, sofrer prejuízos em virtude do mau funcionamento do aparelho judiciário.

⁴⁰ SERRANO JÚNIOR, Odoné. *Responsabilidade civil do Estado por atos judiciais*. Curitiba: Juruá, 1996. p. 149.

Ressalte-se, contudo, conforme muito bem nos lembra Augusto do Amaral Dergint que:

No direito brasileiro, percebe-se um dualismo de soluções em matéria de responsabilidade por erro judiciário. Enquanto a vítima de um erro judiciário penal encontra na lei a previsão da reparação, pelo Estado, do dano por ele causado, a vítima de um erro judiciário civil se depara com a irresponsabilidade estatal, que decorre de ultrapassada elaboração doutrinária e, principalmente, jurisprudencial. A situações materialmente idênticas, pois, não se oferece o mesmo remédio jurídico, com evidente contrariedade à sistemática constitucional.⁴¹

Ora, na medida em que a jurisdição é una, e sua distinção em civil e penal é meramente convencional, a uma mesma questão, nos dois âmbitos, deveria, lógica e juridicamente, dar-se tratamento igual.

6.1.1. Erro Judiciário Penal

Talvez, das atividades judiciais danosas, o erro judiciário penal seja o mais conhecido e reconhecido como tal pela jurisprudência e doutrina. Talvez o seja por ser aquele que mais profundamente lesiona os direitos individuais do cidadão, podendo atingir sua vida, liberdade, patrimônio, honra e até mesmo sua família.

Uma condenação injusta, além de afastar o cidadão do convívio social e familiar, fere sua honra, causando-lhe efeitos nefastos que, ainda que corrigido o erro, *a posteriori*, pode lhe causar distúrbios para o resto de sua vida.

Talvez por todas essas conseqüências, o erro judiciário penal foi o primeiro a ser reconhecido pela doutrina e jurisprudência e, atualmente, sua reparação constitui-se em garantia constitucional, insculpida no artigo 5º, inciso LXXV da Carta Magna de 1988.

Sua reparação deve ir muito além da mera sentença de reabilitação, devendo-se buscar a restauração do *status quo ante*, de preferência *in natura*, mas quando isso não for possível através da devida reparação pecuniária indenizatória.

⁴¹ DERGINT, Augusto do Amaral. *Op. cit.*, p. 165.

Deve, pois, abarcar a cessação da pena privativa de liberdade ou medida de segurança aplicada, a restituição dos bens confiscados ou apreendidos como instrumentos do crime, o restabelecimento dos direitos eventualmente atingidos pela sentença condenatória (p. ex., perda do pátrio poder, do cargo ou função pública, do mandato eletivo, da habilitação de dirigir veículo, etc), reembolso do valor recolhido pelo condenado, a título de multa aos cofres públicos e outros danos emergentes.⁴²

Como o restabelecimento da situação anterior é praticamente impossível, vez que os dias de privação de liberdade não voltam mais, surge a pretensão à indenização pecuniária pelo “condenado”. É por meio dessa indenização que a vítima poderá reingressar na vida social e, com isso, trazer um pouco de paz ao seu espírito que, por certo, encontra-se por demais debilitado.

O direito à reparação em virtude do erro judiciário, todavia, não pode ser confundido com um dever de assistência e solidariedade social. A indenização, segundo Augusto do Amaral Dergint⁴³, decorre não de um dever moral mas sim de um dever jurídico do Estado. Deve-se buscar restabelecer, além do *status quo ante*, a “situação hipotética atual”, ou seja, aquela em que estaria o condenado/vítima se não tivesse sofrido a condenação.

Nas palavras do citado autor, “justamente a irreversibilidade de alguns dos efeitos da condenação coloca em questão a reparabilidade do prejuízo material e moral causado. Partindo-se do princípio de que as obrigações não suscetíveis de satisfação *in natura* convertem-se em perdas e danos, deve-se admitir a indenização do condenado ou (se este não mais estiver vivo) de seus herdeiros.”⁴⁴

Importante atentar ao fato de que a desconstituição da sentença penal condenatória não é essencial à propositura de ação indenizatória. Segundo Zulmar Fachin, “se o interessado requerer, o Tribunal poderá condenar o Estado ao pagamento de indenização, o que, portanto, ocorrerá nos mesmo autos. Mas se o interessado não requerer desde logo, poderá fazê-lo mais tarde, ajuizando ação própria no juízo cível”⁴⁵. Ainda, caso a vítima requeira a revisão criminal e, concomitantemente, o pedido de reparação de dano, haverá cumulação de ações.

⁴² SERRANO JUNIOR, Odoné. *Op. cit.*, p. 151.

⁴³ DERGINT, Augusto do Amaral. *Op. cit.*, p. 169.

⁴⁴ DERGINT, Augusto do Amaral. *Idem*, p. 170.

⁴⁵ FACHIN, Zulmar. *Op. cit.*, p. 194.

O Juízo criminal, contudo, não irá fixar o valor da indenização devida, apenas a declarará devida, formando título executório ilíquido. O *quantum debeat* será posteriormente fixado no Juízo cível, conforme dispõe o artigo 630, § 1º do Código Processual Penal.

Há que se ressaltar, ainda, que nem toda condenação injusta decorre de ato lícito – e quando ocorrer, a responsabilização estatal decorrerá da teoria do risco. Por vezes, a condenação pode advir de ato ilícito, por conduta culposa ou dolosa do próprio magistrado. Nesses casos, teríamos um funcionamento anormal do serviço público judiciário que, igualmente gera responsabilização do Estado, não pautada na teoria do risco mas sim na *faute du service*.

Nesse último caso, comprovado o dolo ou a culpa do agente estatal, caberá ação regressiva por parte do Estado que poderá responsabilizá-lo civil, penal e administrativamente.

6.1.1.1. Da prisão provisória

Antes de passarmos à análise do erro judiciário civil, achamos oportuno fazer uma breve consideração acerca da responsabilidade estatal decorrente de prisão em caso de réu posteriormente declarado inocente.

A lei processual penal, ao cuidar da indenização por erro judiciário, parece excluir a responsabilidade estatal nos casos em que não couber a ação revisional, estampada nos artigos 621 e seguintes do Estatuto Processual Penal. Citada ação, todavia, só é cabível nos casos de sentença condenatória, e não contra sentença absolutória.

Assim, o réu que é privado de sua liberdade ao longo do processo penal, por meio de prisão preventiva ou prisão em flagrante, sendo posteriormente declarado inocente, perde o direito à pretensão indenizatória em face do Estado.

Essa idéia, contudo, parece-nos paradoxal, razão pela qual seguimos o entendimento de Augusto do Amaral Dergint:

Não há por que tratar diferenciadamente o erro judiciário (condenação injusta) e a prisão preventiva injustificada, quer quanto aos fundamentos, quer quanto às consequências. Afinal, se se indeniza o prejudicado por condenação injusta, precedida de processo penal em que lhe foi assegurada ampla defesa, seria paradoxal não admitir a responsabilidade por danos advindos de prisão preventiva em que, por vezes, o réu não tem defesa alguma. Se assim fosse, seria melhor ser condenado à prisão do que absolvido, após uma detenção preventiva.⁴⁶

Em contrapartida, há quem argumente que o réu absolvido em razão do benefício da dúvida (*in dubio pro réu*) não deveria receber indenização. Essa idéia, contudo, faz surgir o seguinte problema: se a sentença absolutória declara a inocência do réu (ainda que haja dúvidas), não podemos vislumbrar que, num processo indenizatório seja argüido que aquela sentença absolutória é apenas declaratória de incerteza, incerteza que, em última análise, beneficia o réu.

A questão, contudo, é por demais deliciada. Se o cidadão responde ao processo e, em algum momento, é privado de sua liberdade, aquele que o privou deve ter obtido indícios que respaldaram tal ato e que, ainda que posteriormente refutados, trariam respaldo à medida adotada. E, como muito bem sabemos, nem sempre aquele que é absolvido é verdadeiramente inocente.

6.1.2. Erro Judiciário Civil

O artigo 5º, inciso LXXV da Carta Constitucional estabelece genericamente que “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário ...”, não se limitando, de modo amplo, apenas ao erro judiciário penal.

A doutrina ainda é bastante divergente no que tange à responsabilização estatal por erro judiciário civil, principalmente tomando por base a bandeira da coisa julgada material.

Os que são contrários à tese da responsabilização patrimonial do Estado por erro judiciário civil argumentam, em síntese, que admitir tal erro seria colocar em risco a segurança jurídica trazida pela coisa julgada material.

Parcela considerável da doutrina, todavia, vem sustentando que, da mesma forma que ocorre na esfera penal, igualmente o erro judiciário civil é passível de acarretar o dever do Estado de indenizar os prejuízos daí decorrentes.

⁴⁶ DERGINT, Augusto do Amaral. *Op. cit.*, p. 179.

Segundo Zulmar Fachin, “a atividade judiciária é desenvolvida pelo Estado e isso ocorre tanto na esfera penal quanto na não-penal. Neste sentido, se é aceito o dever do Estado indenizar pelo erro judiciário penal, deve-se impor o mesmo dever pelos danos ocasionados no desempenho da atividade não-penal.”⁴⁷

Como sabemos, o Código de Processo Civil admite hipóteses em que a sentença civil pode ser desconstituída. Estão elencadas no artigo 485 do Estatuto Processual Civil e dizem respeito à ação rescisória, que tem o condão de afastar os efeitos da coisa julgada material, que cede ao ideal de justiça. Dessa forma, sempre que tivermos uma decisão causadora de injustiça, desde que respeitadas as hipóteses trazidas pelo citado artigo, poderemos atacá-la e retirar-lhe os efeitos por via da ação rescisória. Esta, contudo, possui um prazo de dois anos para o seu ajuizamento, contados do trânsito em julgado da decisão que se pretende desconstituir. Passado esse prazo, a decisão se torna permanentemente imutável.

Ora, se se admite a possibilidade de decisão transitada em julgado ser rescindida com base nas hipóteses do artigo 485 do Código Processual Civil, está-se admitindo que tal decisão pode causar dano ao particular. E se causou dano, imperioso será responsabilizar o Estado pelo prejuízo sofrido.

Admitindo-se, portanto, que a decisão cível pode causar dano ao particular, entramos numa outra questão, bastante controvertida igualmente, qual seja: para intentar a ação de reparação de danos contra o Estado é necessário, primeiro, obter a rescisão da sentença que causou dano?

Aqueles que defendem a necessidade de rescisão da sentença, com a desconstituição dos efeitos da coisa julgada, para somente em segundo momento pleitear a indenização pelos danos sofridos, entendem, como é o caso de Juary da Silva, que a ação rescisória é pré-condição para o ajuizamento da ação de reparação de danos: “por via de consequência, antes de suscitar a responsabilidade do Estado em relação a uma sentença transitada em julgado, há que primeiro desfazer a coisa julgada, utilizando para isso o remédio jurídico adequado, que é a ação rescisória. Isto é imperioso, mesmo de *lege data*, uma

⁴⁷ FACHIN, Zulmar. *Op. cit.*, p. 196.

vez que resulta da própria natureza das coisas, sendo ocioso estatuir a respeito em lei.”⁴⁸

Segundo a opinião defendida por Juarez da Silva, num primeiro momento a coisa julgada deve ser rescindida e somente após pode-se pleitear a reparação do dano frente ao Estado. Depreende-se dessa análise o fato de que se a sentença não for desfeita pela ação rescisória, não caberá reparação por erro judiciário civil.

Uma segunda corrente, também defensora da responsabilidade estatal por erro judiciário civil, defende a possibilidade de se pleitear indenização contra o Estado, no caso de erro judiciário, independentemente da ação rescisória.

Para estes, não há que se falar em ação rescisória como pré-condição ao ajuizamento de ação de reparação de danos por erro judiciário contra o Estado.

Ada Pellegrini Grinover, citada por Zulmar Fachin (2001, p. 200) assim entende a questão: “sobre a desnecessidade de primeiro desconstituir-se, por via de rescisória, a sentença passada em julgado, para depois ajuizar-se ação de responsabilidade civil, basta observar que a ação de responsabilidade não tem por objetivo a desconstituição da sentença, que permanecerá válida e íntegra”⁴⁹.

A observação da professora Ada vem coadunar-se com outra, feita por Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Com efeito, o fato de ser o Estado condenado a pagar indenização decorrente de dano ocasionado por ato judicial não implica mudança na decisão judicial. A decisão continua a valer para ambas as partes; a que ganhou e a que perdeu continuam vinculadas aos efeitos da coisa julgada, que permanece inatingível. É o Estado que terá que responder pelo prejuízo que a decisão imutável ocasionou a uma das partes, em decorrência de erro judiciário.⁵⁰

Parece-nos acertada essa visão principalmente tendo em vista que, decorrido o prazo de dois anos para a propositura da ação rescisória, só restará

⁴⁸ SILVA, Juarez C. *Op. cit.*, p. 175.

⁴⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini. *Estudos de direito processual em homenagem a José Frederico Marques: a responsabilidade do juiz brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1982. p. 11.

⁵⁰ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, p. 511.

ao cidadão lesado buscar a reparação patrimonial do Estado pelos danos causados em virtude do erro judiciário cometido.

Ainda, há que se destacar que se trata de duas relações jurídicas totalmente distintas. Enquanto a ação rescisória se dá entre os particulares, a ação de reparação de danos se dá entre o particular lesado e o Estado, enquanto causador do dano.

6.2. Dolo ou Culpa do Juiz

O Código Processual Civil, instituído pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, em seu artigo 133 prevê a responsabilidade patrimonial pessoal do juiz quando este proceder com dolo ou fraude ou quando omitir, recusar ou retardar, sem justo motivo, providência que deveria ordenar de ofício ou a requerimento da parte.

Art. 133. Responderá por perdas e danos o juiz, quando:

I – no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;

II – recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte.

Parágrafo único. Reputar-se-ão verificadas as hipóteses previstas no nº II só depois que a parte, por intermédio do escrivão, requerer ao juiz que determine a providência e este não lhe atender o pedido dentro de 10 (dez) dias.

O preceito trazido pelo artigo 133 do Estatuto Processual Civil tornava o Estado irresponsável pelos atos do judiciário. Augusto do Amaral Dergint, ao abordar a temática, traz as palavras de Pedro Batista Martins, relator

do Projeto do Código de Processo Civil de 1939, ao interpretar o artigo 121 daquele *Códex*, artigo 133 do Código atual, as quais transcrevemos na íntegra:

Tornar o juiz civilmente responsável pelos julgamentos que profere é absurdo que a doutrina jamais pôde tolerar. Nem o juiz, nem o Estado que o houver investido na função, responde pelos danos causados em consequência do erro judiciário. Se assim não fosse, o exercício da judicatura não seria possível, porque os juízes são contingentes e estão sujeitos, na apreciação dos fatos, a errar, como qualquer outro mortal. A imunidade, porém, não deve ser absoluta. Se se provar que o juiz, ao praticar qualquer ato funcional, a sentença inclusive, agiu com má-fé, incorrendo em dolo ou fraude, já não seria justo imunizá-lo da responsabilidade civil, quando a própria lei penal o capitula como criminoso.⁵¹

Com a interpretação dada pelo próprio relator da lei, resta claro que não apenas o Estado era irresponsável pelos atos judiciais danosos como também os próprios magistrados, ressalvadas as hipóteses estampadas no supra citado artigo de lei.

Pode-se dizer, contudo, e a despeito de parcas opiniões contrárias, que a norma do artigo 133 do Código de Processo Civil, além de não ter mais vigência, já nasceu inconstitucional. Vejamos:

O Código de Processo Civil nasceu no ano de 1973, época em que vigorava a Constituição de 1967, reformada pela Emenda Constitucional de 1969, a qual, como já havia ocorrido com a Constituição de 1946, consagrava o princípio da responsabilidade objetiva do Estado, resguardando o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa do agente causador do dano. Responsável, portanto era (e continua sendo) o Estado e não o juiz.

Nesse mesmo sentido posicionava-se Pontes de Miranda, citado por Zulmar Fachin (2001, p. 214), o qual, comentando o Código recém inaugurado à época, teceu as seguintes considerações: “A responsabilidade do Estado pode existir ainda que não exista a responsabilidade do juiz. O Estado responde pelo fato da lesão ao direito, por parte dos funcionários públicos, ainda que não tenha culpa desses; a ação regressiva do Estado é que depende da culpa do funcionário público. O assunto é estranho ao direito processual.”⁵²

⁵¹ DERGINT, Augusto do Amaral. *Op. cit.*, p. 199.

⁵² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1973. p. 398.

Seguindo o artigo 133 do Código Processual Civil, o artigo 49 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, possui texto idêntico.

Diante do texto constitucional vigente à época em que foram elaboradas, bem como diante do texto constitucional atual, os dispositivos supra mencionados são de todo inconstitucionais, não podendo ser aplicados. Resta aplicação, portanto, do artigo 37, § 6º da Carta Magna, que estabelece a responsabilidade objetiva do Estado por atos de seus agentes. Enquanto agentes estatais que são, os juízes não podem responder civilmente pelos danos sofridos por terceiros em virtude de atos judiciais, a não ser via ação regressiva, se comprovados dolo ou culpa.

Há, ainda, aqueles que defendem que o artigo 133 do Código de Processo Civil aplicar-se-ia de forma concomitante ao texto constitucional, de modo a limitar a responsabilidade dos juízes. Nas palavras de Augusto do Amaral Dergint:

A posição de que o dispositivo em questão se pode, ao menos, coerentemente com a Constituição Federal, extrair uma limitação da responsabilidade pessoal do magistrado, atenta contra o princípio constitucional da isonomia. Não há razão que eficientemente justifique a concessão de uma responsabilidade privilegiada aos magistrados (que já gozam das garantias funcionais da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos). Uma interpretação correta, pois, da referida regra em face do texto constitucional culminaria por quebrantar todo seu conteúdo e validade dentro do sistema jurídico.⁵³

⁵³ DERGINT, Augusto do Amaral. *Op. cit.*, p. 209.

6.3. Denegação de Justiça

Na visão de Augusto do Amaral Dergint, num sentido amplo, a denegação de justiça significa toda deficiência na organização ou no exercício da função jurisdicional, que implique em uma falta do Estado quanto ao seu dever de proteção. Em sentido estrito, ainda conforme o autor citado, “consiste na negativa do Estado-juiz em oferecer a devida proteção aos direitos de seus cidadãos mediante a prestação da tutela jurisdicional.”⁵⁴

Para que se configure a denegação de justiça, o jurisdicionado deve sofrer algum dano. Não pode ser confundida com a injustiça da decisão (sobre a qual também se reconhece responsabilidade civil estatal), mas deve decorrer de dolo ou culpa do magistrado ou, ainda, do mau funcionamento do serviço judiciário, de modo a impedir que o jurisdicionado tenha acesso à tutela pretendida.

A demora na prestação da tutela jurisdicional, em última análise, também se constitui em denegação da justiça, assim como o não oferecimento, por parte do Estado, de mecanismos processuais aptos a efetivar os direitos e garantias fundamentais trazidos pela Carta Magna e pela legislação infra-constitucional.

Nesse sentido, a legislação processual brasileira traz alguns dispositivos que visam evitar o retardo da justiça e com isso sua denegação. O exemplo mais elucidativo é o do artigo 133, inciso II, do Código Processual Civil. Está previsto ali a responsabilidade do Estado (na verdade, o artigo fala em responsabilidade do juiz, mas, como já vimos, por força da responsabilidade objetiva do Estado e do artigo 37, § 6º da Constituição, devemos entender como responsável o próprio Estado e não a pessoa física do juiz) quando o juiz “recusar, omitir ou retardar, sem motivo justo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte”.

Em qualquer das hipóteses estabelecidas no inciso II do citado dispositivo legal estaremos diante de uma clara denegação de justiça, a qual,

⁵⁴ DERGINT, Augusto do Amaral. Idem, p. 189.

conforme o próprio dispositivo estabelece, gera responsabilidade estatal. De igual forma, configura-se denegação de justiça a negativa de aplicação do direito e a recusa de execução de sentença, bem como quando o magistrado é negligente em dar andamento ao processo. Em todas essas hipóteses há a chamada “falta do serviço judiciário”, que abrange a figura do magistrado, mas não fica restrita a ela. De qualquer forma, haverá a responsabilização civil estatal pela denegação da justiça, vez que cumpre ao Estado fornecer aos seus jurisdicionados os meios mais eficazes para a satisfação das tutelas pretendidas.

VII. A Responsabilidade Civil do Estado pela Morosidade na Prestação da Tutela Jurisdicional

O Estado, ao chamar para si o monopólio da prestação jurisdicional, encarregou-se de prestar esse serviço a todos aqueles que dele necessitem. Qualquer pessoa, portanto, pode ter acesso ao Poder Judiciário visando à resolução de conflitos.

A própria Constituição, em seu artigo 5º, inciso XXXV, assegura que a Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direito.

A finalidade da prestação jurisdicional, portanto, não é outra senão a de garantir a realização do direito material. Mas, não há realização do direito material quando este é provido tardiamente, quando seus efeitos já não mais possuem eficácia e quando resta à sociedade um sentimento público e notório de que a Justiça, uma vez mais, não funcionou.

A prestação de serviços no âmbito do Poder Judiciário deve obedecer a prazos razoáveis, tanto o é que o tema consta em vários documentos internacionais. Nesse sentido, podemos citar o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, assinado em 1966 e ratificado pelo Brasil em 1992, o qual estabelece, em seu artigo 9º, III, que qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. Assegura, ainda, o mesmo artigo, em seu inciso V, que qualquer pessoa vítima de prisão ou encarceramento ilegais terá direito à reparação.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de San José da Costa Rica, celebrada em 1969, traz tratamento semelhante à temática, dispondo que: “toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela.”

Para José Augusto Delgado, citado por Augusto do Amaral Dergint (1994, p. 194), o dever estatal de prestar a tutela jurisdicional dentro de prazos e limites impostos pelo próprio sistema jurídico decorre “do princípio da legalidade, dogma a que está vinculada toda a ação estatal, por ser certo o axioma de direito de que a lei deve ser suportada, em primeiro plano, por aquele que a fez. Sendo a lei uma regra de conduta genérica oriunda do Estado, a este é do dever o seu integral cumprimento.”⁵⁵

Apenas dessa análise inicial já podemos depreender que a prestação jurisdicional dentro de prazos razoáveis constitui-se em garantia constitucional dos cidadãos, celebrada no artigo 5º, inciso XXXV, ao garantir que nenhuma lesão ou ameaça a direito seja excluída da apreciação do Poder Judiciário, no § 2º do pré-citado artigo, que garante a aplicação dos princípios adotados nos Tratados dos quais o Brasil seja signatário, e, agora, de maneira mais explícita ainda, por conta do inciso LXXVIII, do artigo 5º da Carta Magna, que garante, de forma explícita, a razoável duração do processo, bem como os meios para sua célere tramitação.

Ora, na medida em que a própria Constituição assegura o direito de obter uma resposta em tempo razoável por parte do Poder Judiciário, sempre que o cidadão o evoca, e, na medida em que o Estado, enquanto detentor do monopólio do exercício jurisdicional, falha ou retarda a prestação da tutela jurisdicional, seja por negligência de seus agentes, seja por excesso de serviço ou qualquer outra razão, ressalvados eventos imprevisíveis, como casos fortuitos ou de força maior, deverá responder pelos danos que essa demora venha a causar àqueles que buscam o Poder Judiciário como último meio de ver solvido o conflito da vida real.

A Constituição, ao assegurar que nenhuma lesão ou ameaça a direito poderá ser excluída da apreciação do Judiciário, está garantindo muito mais do que simplesmente o direito de o cidadão comparecer ao cartório judicial e protocolar sua petição inicial. Não se pode fazer uma interpretação restritiva e, dessa forma, limitar o que o texto constitucional não limitou. A garantia insculpida

⁵⁵ DELGADO, José Augusto. Responsabilidade civil do Estado pela demora na prestação jurisdicional. *Revista da Amagis*. Belo Horizonte, v. 2, pp. 169-179, 1983, p. 170.

no inciso XXXV do artigo 5º da Carta Magna assegura aos cidadãos que o Estado deve prover meios de fornecer respostas sempre que provocado por meio de uma ação judicial. Na medida em que não fornece os meios adequados para que o Poder Judiciário possa oferecer essa resposta ao jurisdicionado, ou apenas a ofereça com um retardo tal que sua resposta perca a eficácia, o Estado está descumprindo a garantia do inciso XXXV, do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988. Está excluindo da apreciação judicial uma pretensão que, na maioria das vezes, quer e necessita uma resposta rápida que, quase sempre, nunca vem.

Reforçando a garantia do inciso XXXV, acrescentou-se, por conta da Emenda Constitucional nº 45, o inciso LXXVIII ao artigo 5º da Carta Constitucional. Tal dispositivo traz, expressamente, a garantia da razoável duração do processo, vejamos:

Art. 5º (...)

LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Ora, diante do dispositivo acima transcrito não há mais que se cogitar que o Estado não possua a obrigação de fornecer os meios a fim de garantir que a resposta jurisdicional se dê em tempo hábil a não ver-se frustrada a pretensão buscada pelas partes. Na medida em que o Estado não implementa esses meios e deixa a atividade do Poder Judiciário, em especial o exercício jurisdicional, à mercê de sua própria sorte, com Tribunais repletos de processos, com falta de funcionários e, conseqüentemente, uma Justiça lenta e inoperante, o Estado frustra a garantia constitucional e, na medida em que esse descumprimento gera danos aos jurisdicionados, surge a responsabilização civil e o dever estatal de indenizar os cidadãos dos danos sofridos. Não surge, senão, a responsabilidade civil do Estado pela demora na prestação jurisdicional.

O Estado, enquanto titular do exercício do Poder Jurisdicional, deve prestar tal serviço com um certo grau de agilidade, prestatividade e, porque não

dizer, perfeição. Na medida em que o serviço por ele prestado deixa a desejar e, com isso, gera danos aos jurisdicionados, surge o seu dever de reparar tais danos.

Nesse sentido vêm o posicionamento de Maria Helena Diniz:

O art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988 não permite que a lei exclua da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direito individual. Se ao Estado compete assegurar o pronunciamento judicial sobre qualquer conflito jurídico, ele deve responder por prejuízos oriundos da sua má atuação em fazer aplicar aquele dispositivo constitucional. O escopo da tutela jurisdicional é garantir que o direito objetivo material seja obedecido, por isso o Estado estabelece a obrigatoriedade do magistrado cumprir certos prazos fixados pelo direito formal como p. ex., os dos arts. 280 (com redação da Lei nº 10.444/2002); 281; 284; 51, III; 755; 758; 1.032; 323; 971, parágrafo único; 740, parágrafo único; 380; 390; 916, § 1º; 1.109; 803 e 456 do Código de Processo Civil. Além disso constitui garantia individual implícita (CF, art. 5º, LIX) a prestação jurisdicional dentro dos prazos fixados legalmente. O Estado deve reparar civilmente o retardamento da entrega da prestação jurisdicional (RDA, 20:42, 90:141; RDP, 57:58), pois compete-lhe velar pela regularidade dos serviços públicos, respondendo pelos resultados de seu mau funcionamento (RDA, 20:45; RT, 147:333; RTJ, 64:698). Logo, o administrado que foi lesado pela morosidade da justiça, em razão de ineficiência dos serviços forenses ou de indolência dos juízes, pode voltar-se contra o Estado, exigindo a reparação civil pelo dano.⁵⁶[Grifo nosso].

Como se pode ver, a demora na prestação da tutela jurisdicional é ensejadora de responsabilização patrimonial por parte do Estado. Essa lentidão em o Estado dar resposta ao jurisdicionado pode decorrer de inúmeros fatores. Segundo Augusto do Amaral Dergint, “se o retardamento decorrer de falhas e deficiências do aparelho judiciário (sem culpa ou dolo do juiz), representada por sobrecarga e acúmulo de serviço ou por má distribuição de juízes, servidores e processos, o Estado é integralmente responsável pelo ‘acidente administrativo’. Se a demora advier de desídia judicial (que é uma forma de culpa, equiparada à negligência), deve também responder o juiz, ainda que apenas regressivamente ao Estado (conforme o art. 37, § 6º da constituição Federal).”⁵⁷

Mário Moacyr Porto⁵⁸, citado por Augusto do Amaral Dergint (1994, p. 196) entende que se a demora na prestação jurisdicional se der unicamente por

⁵⁶ DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*, v. 7: responsabilidade civil. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 577.

⁵⁷ DERGINT, Augusto do Amaral. *Op. cit.*, p. 196.

⁵⁸ PORTO, Mário Moacyr. Responsabilidade do Estado pelos atos dos seus juízes. *RT*, São Paulo, v. 563, pp. 9-14, set./1982, p. 14.

negligência do magistrado, a responsabilidade é unicamente deste, por força do artigo 133, II, do Código de Processo Civil. Contudo, se a demora for decorrência do excesso de serviço conjuntamente à negligência do juiz, responderá o Estado, com direito a ação regressiva contra o magistrado.

Apesar do posicionamento acima descrito, não podemos com ele concordar vez que, conforme vimos no capítulo anterior, a responsabilidade é sempre do Estado, ainda que o retardo decorra exclusivamente de culpa ou dolo do juiz. O artigo 133 do Código Processual Civil, se não tido por inconstitucional, deve ser interpretado à luz do artigo 37, § 6º da Carta Magna, que estabelece a obrigação indenizatória por parte do Estado pelos atos danosos de seus agentes, ressalvado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa destes.

Ainda, necessário e oportuno, lembrarmos que a demora na resposta do Estado a pretensão deduzida não significa erro na sentença, vez que a morosidade a precede. Claro que, a despeito de anteceder-lá, a morosidade também pode se verificar após a sentença, quando estivermos em fase recursal, fato este que, conforme sabemos, verifica-se cotidianamente. E, decisão retardada, ainda que correta, pode não ser mais eficaz e, portanto, inoperante.

José Augusto Delgado é enfático ao argumentar a responsabilidade estatal pela demora na prestação jurisdicional quando esta causar danos ao particular. Nesse sentido enumera alguns argumentos que, apesar de terem tido por base a Constituição de 1967, ainda são válidos perante a Constituição atual. Nas palavras do próprio autor:

a) O sistema jurídico sobre responsabilidade civil do Estado está vinculado à teoria objetiva; b) o Juiz, mesmo fazendo parte de uma categoria especial de funcionários, age em nome do Estado e atua como membro de um de seus poderes; c) Estado e Juiz formam um todo indissociável pelo que, se o magistrado causar dano ao particular, por demora na prestação jurisdicional, cabe ao Poder Público responder patrimonialmente; d) o art. 153, § 4º, da CF, não permite que a lei exclua da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual. É ao Estado assegurado o pronunciamento judicial como único meio de estabilizar definitivamente qualquer direito conflitado, pelo que deve responder por prejuízos resultantes da sua má atuação em fazer aplicar tal dogma constitucional; e) a finalidade da tutela jurisdicional é garantir que o direito objetivo material seja obedecido; f) constitui garantia individual implícita (art. 153, § 36, CF) a prestação jurisdicional dentro dos prazos fixados pela legislação ordinária, não só com apoio no princípio da legalidade, quando o Estado deve suportar a lei que ele próprio fez,

como também, por ser inconciliável com o sistema o fato de não gerar responsabilidade o descumprimento do direito positivo.⁵⁹

As considerações feitas pelo autor, apesar de terem por base a Constituição de 1967, ainda são plenamente aplicáveis à Constituição atual, trazendo, dessa forma, mais argumentos a defender a responsabilização patrimonial pelos danos decorrentes da demora na prestação jurisdicional.

Outro autor que defende a mesma tese é José Guilherme de Souza⁶⁰, segundo o qual, na medida em que o jurisdicionado paga impostos e taxas a fim de obter a prestação jurisdicional por parte do Estado, esse, o Estado, deve retribuí-lo com serviços eficientes e eficazes, sendo que eventuais falhas na prestação desse serviço deverão reverter sobre o Estado sob a forma de responsabilização civil, independente de dolo ou culpa de seus agentes.

Em que pese a morosidade do Poder judiciário ser algo endêmico em nosso país e, ainda, diante do sentimento de revolta e indignação que isso gera na população em geral, a questão ainda é bastante polêmica.

O sentimento de revolta, contudo, foi muito bem expresso por alguns de nossos grandes doutrinadores e juristas. José Augusto Delgado, bravo combatente da morosidade no Poder Judiciário, assim expressava seu inconformismo ainda na década de 80, do século passado:

A realidade mostra que não é mais possível a sociedade suportar a morosidade da justiça, quer pela ineficiência dos serviços forenses, quer pela indolência dos seus juizes. É tempo de se exigir uma tomada de posição do Estado para solucionar a negação da justiça por retardamento da entrega da prestação jurisdicional. Outro caminho não tem o administrado, senão o de voltar-se contra o próprio Estado que lhe retardou a justiça, e exigir-lhe reparação civil pelo dano, pouco importando que por tal via também enfrente idêntica dificuldade.⁶¹

Os Tribunais, contudo, não têm entendido dessa maneira, mostrando-se bastante resistentes ao acolhimento da tese aqui defendida. O Supremo Tribunal Federal possui o entendimento de que em face da ausência de

⁵⁹ DELGADO, José Augusto. Responsabilidade civil do estado pela demora na prestação jurisdicional. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 40, p. 147-156, 1985, p. 151-152.

⁶⁰ SOUZA, José Guilherme. Responsabilidade civil do estado pelo exercício da atividade judiciária. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v. 164, p. 115-148, 1991, p. 131.

⁶¹ DELGADO, José Augusto. *Op. cit.*, p. 155.

previsão legal, o Estado não pode ser compelido a indenizar pela demora na prestação jurisdicional. Indo além, entende que a teoria objetiva não possui aplicabilidade quando a lesão decorre de ato do juiz, o qual fica, segundo entendimento da Corte Excelsa, pessoalmente responsável, exigindo-se comprovação de dolo ou culpa.

“Responsabilidade objetiva do Estado. Ato do Poder Judiciário. A orientação que veio a predominar nesta Corte, em face das Constituições anteriores a de 1988, foi a de que a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos do Poder Judiciário a não ser nos casos expressamente declarados em lei. Precedentes do STF. Recurso Extraordinário não conhecido.”⁶²

O entendimento adotado pela Corte Máxima, contudo, está em ampla dissonância com aquilo que aqui defendemos e já muito fundamentamos. Há a nos acompanhar, contudo, belos votos vencidos que, a despeito do corporativismo que por vezes impera no âmago de nossas instituições, com sensibilidade e técnica jurídica deram muito bem o tom da situação. É o caso do voto do então Ministro Aliomar Baleeiro, citado por Zulmar Fachin (2001, p. 210):

Dou provimento ao recurso porque me parece subsistir, no caso, responsabilidade do Estado em não prover adequadamente o bom funcionamento da justiça, ocasionando, por sua omissão de recursos materiais e pessoais adequados, os esforços ao pontual cumprimento dos deveres dos juízes. Nem poderia ignorar essas dificuldades, porque, como consta das duas decisões contrárias ao recorrente, estando uma das comarcas acéfala, o que obrigou o juiz a atendê-la, sem prejuízo da sua própria – ambas congestionadas de serviço – a Comissão de Disciplina declarou-se em regime de exceção, ampliando os prazos.⁶³

Em mais uma verdadeira lição para a jurisprudência, em excerto transcrito por Augusto do Amaral Dergint, Aliomar Baleeiro se manifesta da seguinte forma em voto proferido em Recurso Extraordinário:

Se o Estado responde, segundo ativa e iterativa jurisprudência, pelos movimentos multitudinários, ou pelo ‘fato das coisas’ do serviço público, independente de culpa

⁶² STF, 1ª Turma, RE 111609-AM, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 19.03.93, p. 04281

⁶³ BALEEIRO, Aliomar. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: FGV, v. 90, p. 141, 1967.

de seus agentes [...], com mais razão deve responder por sua omissão ou negligência em prover eficazmente ao serviço da Justiça, segundo as necessidades e reclamos dos jurisdicionados, que lhes pagam impostos e até taxas judiciárias específicas, para serem atendidos.⁶⁴

E prossegue:

se desde a Lei de 8.6.1895 já se reconhecia direito à indenização pelo erro judiciário apurado em revista, não há porque negá-la pela inércia crônica e invencível, que levou Anatole France a pôr na boca dum personagem de referência a sua ancila: surda como um saco de carvão e lenta como a Justiça (*RF 220/106 e RTJ 39/192*).⁶⁵

Ao Estado não cabe argumentar que o Poder Judiciário está sobrecarregado, que há falta de funcionários e juízes, que as instalações são precárias e insuficientes. Ora, como muito bem coloca Odoné Serrano Júnior:

O Estado ao assumir o monopólio da jurisdição e ao proibir os indivíduos de fazer justiça com as próprias mãos, assumiu o dever de prestar uma tutela jurisdicional de qualidade. Portanto, cumpre ao Poder Público zelar por um certo grau de perfeição na prestação do serviço judiciário, sendo-lhe, igualmente, imputável a omissão quanto ao dever de fornecer os recursos materiais e pessoais adequados, em qualidade e quantidade.⁶⁶

Dessa forma, na medida em que o Estado não provê de recursos o aparelho judiciário ou não fiscaliza o seu funcionamento, vindo tais circunstâncias a causar danos aos jurisdicionados, deverá sobre o Estado recair a responsabilidade civil por tais danos.

Por fim, dando a medida da situação de repulsa que a morosidade judicial causa na população brasileira nos dias atuais, transcrevemos trecho da obra de Odoné Serrano Júnior, que muito bem traduz aquilo que buscamos com o presente trabalho:

Não é mais possível a sociedade suportar a morosidade da justiça, quer pela ociosidade e negligência de muitos agentes judiciais, quer pelo mau aparelhamento do Poder Judiciário, injustificável diante do dinheiro gasto em '*pompas, luxo e mordomias*', beneficiando apenas alguns mais próximos daqueles que utilizam o poder, não como um instrumento de concretização do bem estar

⁶⁴ DERGINT, Augusto do Amaral. *Op. cit.*, p. 195

⁶⁵ DERGINT, Augusto do Amaral. *Idem*, *ibidem*.

⁶⁶ SERRANO JUNIOR, Odoné. *Op. cit.*, p. 165.

coletivo, mas como um fim em si mesmo, em proveito próprio e de seus 'apadrinhados', geralmente desleixados e ineficientes no cumprimento das funções públicas.

Não queremos pregar o caos, mas, apenas, retratar uma realidade hoje existente. Conhecer o problema é o primeiro passo para superá-lo. Oxalá em breve tenhamos um Poder Judiciário que faça jus a dignidade de nosso povo e que seja, de fato, a instituição-mor, guardiã da Constituição e da Democracia. Que seja um agente operante na construção da justiça social, pois sem ela não há democracia. Já é tempo de uma atuação mais enérgica e eficaz, de uma cobrança maior da sociedade, que influa na formação da vontade política para a solução dos problemas que tanto maculam o nosso judiciário.

Não é invocando a irresponsabilidade do Estado por atos judiciais, porque as quantias desembolsadas em indenizações seriam imensas, que se solucionará o problema. A pregação do 'mito da irresponsabilidade' apenas adia a cura das doenças que assolam nossos serviços judiciários. Aplicando-se o que reza a Constituição, e sendo o Estado pressionado por muitas ações indenizatórias, verá que lhe é mais barato aplicar recursos financeiros e outros esforços na melhoria e modernização dos serviços públicos da Justiça do que pagar vultosas somas em indenizações. Justas indenizações, eis que frutos da inoperância do Poder Judiciário que, muitas vezes, infelizmente, ao invés de sagrar-se instituição voltada à pacificação social, transforma-se numa 'máquina produtora de vítimas'.⁶⁷ [Grifo nosso]

Apesar da angústia vivida pela sociedade e por grande parte da doutrina se posicionar favorável a aceitação da tese da responsabilidade patrimonial estatal em razão da demora na prestação jurisdicional, como vimos, a Jurisprudência ainda resiste ao acatamento da tese.

Os avanços doutrinários, todavia, são expressivos. Cada vez mais autores aderem à tese da responsabilização patrimonial do Estado pela morosidade jurisdicional.

O inciso LXXVIII, inserido no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 por conta da Emenda Constitucional nº 45, tornou expressa a garantia de um processo sem dilações indevidas, de forma célere e eficaz. Contudo, tal dispositivo apenas vem afirmar de forma mais enfática o que já dispunha o artigo 5º em seu inciso XXXV, da Carta Magna, que garante que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação do poder judiciário.

A inserção do inciso LXXVIII ao artigo 5º da Carta Constitucional é medida benéfica e garantidora, ao cidadão, enquanto jurisdicionado, de uma prestação célere e eficaz do serviço jurisdicional.

⁶⁷ SERRANO JUNIOR, Odoné. Idem, p. 165/166.

Outras medidas podem e devem ser implementadas a fim de garantir uma prestação jurisdicional célere e eficaz e, enquanto assim não se proceder, medidas efetivas a fim de garantir ao jurisdicionado o direito de ver-se indenizado pelo Estado toda vez que esse não lhe fornecer o serviço jurisdicional em tempo adequado, causando-lhe prejuízos e frustração, de modo a garantir, antes de qualquer coisa, o fim último do Poder Judiciário, qual seja, a manutenção da paz social.

Conclusão

A responsabilidade civil do Estado pela atividade danosa do Poder Judiciário, enquanto titular da prestação jurisdicional, apesar das controvérsias existentes e apontadas neste trabalho, em especial no que tange a jurisprudência pátria, tem se mostrado uma realidade cada vez mais concreta nos sistemas jurídicos contemporâneos.

Conforme vimos, inúmeros países europeus já aceitam a responsabilização estatal pela atividade ineficiente do Poder Judiciário. No Brasil, essa teoria já se encontra amplamente amparada doutrinariamente. A jurisprudência, contudo, ainda oferece forte resistência ao acatamento da tese defendida neste trabalho, mostrando-se reticente à aplicação direta do princípio constitucional insculpido no parágrafo 6º do artigo 37 da Carta Magna.

Ao contrário do entendimento doutrinário dominante, os Tribunais pátrios insistem na alegação de que o Estado só poderia ser responsabilizado civilmente pela atividade danosa decorrente da prestação jurisdicional se essa estivesse expressamente prevista em texto legal, conforme ocorre com o erro judiciário penal, previsto pelo Código de Processo Penal em seu artigo 630, e amplamente aceito pelos Tribunais brasileiros.

A Constituição Federal, ao atribuir, em seu artigo 37, § 6º, a responsabilidade objetiva ao Estado, não fez distinções acerca das funções estatais que seriam atingidas por aquele dispositivo. Dessa forma, independente de a atividade ser desenvolvida pelo Executivo, pelo Legislativo ou pelo Judiciário, sempre que essa atividade ocasione dano a terceiro, será objetivamente responsável o Estado, ressalvado o direito de regresso contra o agente causador do dano.

O dispositivo constitucional, todavia, ocasionou uma série de debates acerca da inclusão ou não da atividade jurisdicional na norma constitucional em comento.

A doutrina, conforme vimos, dividiu-se entre os que defendem a irresponsabilidade do Estado ante a atividade jurisdicional e aqueles que

entendem que o dispositivo constitucional se aplica também a essa atividade. Os primeiros, ferrenhos defensores da irresponsabilidade do Estado pela atividade jurisdicional, utilizam-se de todos os argumentos possíveis para, sem sucesso, sustentar a irresponsabilidade. Por outro lado, a doutrina aderente à teoria da responsabilidade entende, majoritariamente, que o Estado deve responder pelos danos a que deu causa, independente da função exercida.

Entendemos que a doutrina defensora da tese da responsabilidade estatal pela atividade jurisdicional possui embasamento constitucional a respaldar-lhe, vez que o parágrafo 6º do artigo 37 da Carta Magna não restringiu a responsabilidade objetiva do Estado a esta ou aquela função ou poder. Além disso, ao introduzir o termo “agente” no texto constitucional, o constituinte inovou de forma a abranger “todo aquele em condições de efetuar comportamentos imputáveis ao Estado”⁶⁸, conforme muito bem nos lembra o professor Romeu Felipe Bacellar Filho. Incluso está, portanto, também o Juiz, enquanto agente político que é, e a atividade por ele desempenhada. Assim, incabível fazer-se uma interpretação restritiva de preceito constitucional amplo, sob pena de estar-se ferindo a própria sistemática constitucional.

Os problemas que existem, e persistem, em nosso Poder Judiciário vêm desde há muito. Encobri-los sob o manto da irresponsabilidade estatal é adiar a cura de uma doença que só tem a agravar-se. É preciso uma tomada de decisão. É preciso quebrar o corporativismo presente em nossos Tribunais e fazer nossos Eminentíssimos Juízes, Desembargadores e Ministros verem e entenderem o que reza a nossa Constituição. É preciso que se admita que o Judiciário brasileiro vai mal e que a mudança pode partir de nós, enquanto jurisdicionados, dos magistrados, enquanto detentores do poder de decisão, do legislador, enquanto agente capaz de trazer soluções legalistas que ofereçam maior agilidade aos processos, do próprio executivo, equipando e mantendo condições razoáveis de operabilidade às funções judiciais.

O cidadão precisa acreditar na Justiça. Essa é a garantia última de um Estado Democrático de Direito. Mas a Justiça, representada pelo Poder

⁶⁸ BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. *Op. Cit.*, p. 27.

Judiciário, precisa oferecer respostas aos conflitos que se lhe apresentam. Respostas eficazes e, portanto, céleres. A demora em obter uma resposta do Poder Judiciário é questão que angustia e, não raro, torna a pretensão buscada inoperante. Nesses casos, o dano causado ao jurisdicionado vai muito além da questão material, atinge a própria sociedade e gera um sentimento de que, uma vez mais, não se fez justiça.

Ao Estado, enquanto titular único do Poder Jurisdicional, e diante da falha em não realizar satisfatoriamente o serviço que deveria desempenhar, incumbe o dever constitucional de indenizar.

Não se pretende com isso, ainda mais num país como o Brasil, em que a morosidade e as falhas no funcionamento da justiça se sucedem quase que diariamente, empreender um rombo aos cofres públicos, vez que as quantias a serem pagas a título indenizatório seriam vastas. Pretende-se criar uma consciência de que o Estado, enquanto único titular da função jurisdicional, tem o dever de prestá-la com certas garantias. Se não consegue cumprir com sua obrigação, e com isso gera danos a terceiros, surge o seu dever de reparar os danos decorrentes dessa atividade jurisdicional mal prestada, prestada com retardo ou eivada de erros.

A denegação da justiça, por fim, é algo que não pode mais ser aceito. Precisamos e devemos fazer valer as garantias constitucionais que nos foram dadas pelo constituinte. É preciso uma adequação jurisprudencial ao pensamento dominante na doutrina e no direito comparado, para que, vislumbrando a possibilidade de responsabilização do Estado pelos atos jurisdicionais, possamos ver, ainda que distante, melhores perspectivas para o Poder Judiciário brasileiro.

Referências Bibliográficas

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Responsabilidade civil extracontratual das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público. **Interesse Público**, São Paulo, n. 6, p. 11-47, abr./jun. de 2000.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CAHALI, Yussef Said. **Responsabilidade civil do Estado**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

DELGADO, José Augusto. Responsabilidade civil do estado pela demora na prestação jurisdicional. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 40, p. 147-156, 1985.

DERGINT, Augusto do Amaral. **Responsabilidade do Estado por atos judiciais**. São Paulo: RT, 1994.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. v. 2, 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**, v. 7: responsabilidade civil. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais, **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: Renovar, v. 198, p. 89, 1994.

FACHIN, Zulmar. **Responsabilidade Patrimonial do Estado por ato jurisdicional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A Monografia Jurídica**. 3. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. **Responsabilidade civil do Estado**. Rio de Janeiro: Aide, 1995.

SÉ, João Sento. Responsabilidade Civil do Estado Juiz. **Revista de Direito Público**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 82, p. 133, 1987.

SERRANO JUNIOR, Odoné. **Responsabilidade civil do Estado por atos judiciais**. Curitiba: Juruá, 1996.

SILVA, Juary C. da, **Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais e legislativos**. São Paulo: Saraiva, 1985.

SOUZA, José Guilherme. Responsabilidade civil do estado pelo exercício da atividade judiciária. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 164, p. 115-148, 1991.

Consultou-se, igualmente, para a consecução do presente trabalho, a Constituição Federal, o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal, além de outras legislações pertinentes, bem como as Normas para Apresentação de Trabalhos Técnicos da UFPR.